

# Ditos & Escritos



**COMISSÃO PARA A IGUALDADE  
E PARA OS DIREITOS DAS MULHERES**  
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

**Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres  
Presidência do Conselho de Ministros**

**OS CUSTOS SOCIAIS E  
ECONÓMICOS  
DA VIOLÊNCIA  
CONTRA AS MULHERES**

Síntese dos Resultados  
do Inquérito Nacional  
de 2002

**Manuel Lisboa (coord.)  
Isabel do Carmo  
Luísa Branco Vicente  
António Nóvoa**

Ditos & Escritos  
Nº 17

2003  
Portugal

O conteúdo desta publicação pode ser reproduzido em parte se for mencionada a fonte.  
A distribuição é gratuita

Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres  
Av. da República, 32-1º – 1050-193 LISBOA – Portugal  
Telf: 21 798 3000 – Fax: 21 798 3099  
E-mail: cidm@mail.telepac.pt  
<http://www.cidm.pt>

R. Ferreira Borges, 69-2º – 4050-253 PORTO Portugal  
Telf: 22 207 4370 – Fax. 22 207 4398  
E-mail: cidmdelnorte@mail.telepac.pt

Preparou esta edição. Isabel de Castro  
Tiragem : 1.500 Exemplares  
ISBN: 972-597-254-6  
Depósito Legal: 202 373/03

Execução gráfica: SIG-Sociedade Industrial Gráfica, Lda.

# ÍNDICE

APRESENTAÇÃO .....	5
NOTA PRÉVIA .....	7
INTRODUÇÃO .....	9
1. ASPECTOS METODOLÓGICOS .....	17
1.1 Pesquisa bibliográfica .....	17
1.2 Inquérito sociológico .....	18
1.2.1 Amostra .....	18
1.2.2 Questionário .....	18
1.2.3 Administração do questionário .....	19
1.2.4 Trabalho de campo .....	20
1.2.5 Validação dos dados .....	20
1.2.6 Validação, tratamento e análise dos dados .....	21
2. VITIMAÇÃO .....	22
2.1 Actos de violência .....	26
2.2 Local da agressão .....	30
2.3 Autores da violência .....	33
2.4 Reacção à agressão .....	37
2.5 Características socioculturais das mulheres vítimas .....	39
2.5.1 Actos de violência .....	40
2.5.2 Locais de ocorrência .....	42
2.5.3 Agressores e vítimas .....	43
2.5.4 Reacção à violência e características socioculturais das vítimas .....	44
3. CUSTOS SOCIAIS: FAMÍLIA, AMIGOS E ACTIVIDADE PROFISSIONAL .....	47
3.1 Contexto da família e dos amigos .....	48
3.2 Contexto da actividade profissional .....	52

4. CUSTOS COM A SAÚDE FÍSICA.....	57
4.1 Vitimação e recurso aos serviços de saúde .....	58
<i>Recurso aos hospitais</i> .....	59
<i>Recurso aos Centros de Saúde</i> .....	62
<i>Recurso aos médicos privados</i> .....	63
4.2 Recurso aos serviços de saúde segundo o tipo e a frequência da violência.....	64
4.3 Incapacidades .....	65
5. CUSTOS COM A SAÚDE PSICOLÓGICA .....	67
5.1 A vítima de frente: o social e a saúde psicológica ...	67
5.2 A vítima de perfil .....	69
5.2.1 Vitimização e estado emocional .....	70
5.2.2 Vitimação e história comportamental .....	74
6. CUSTOS AO NÍVEL DA EDUCAÇÃO .....	77
6.1 As mulheres vítimas .....	80
6.1.1 Sucesso escolar .....	80
6.1.2 Frequência escolar .....	81
6.1.3 Relações com colegas e professores .....	81
6.1.4 Integração na escola .....	82
6.1.5 Expectativas escolares e profissionais .....	82
6.2 Os filhos das mulheres vítimas .....	83
6.2.1 Sucesso escolar e ambiente de trabalho em casa ..	83
6.2.2 Frequência das aulas .....	85
6.2.3 O gosto de ir à escola .....	86
6.2.4 Relação com os colegas e integração .....	86
6.2.5 Expectativas escolares e profissionais.....	86
6.3 Observações finais.....	87
BIBLIOGRAFIA .....	90
ÍNDICE DE TABELAS .....	94
ÍNDICE DE GRÁFICOS .....	95
OS AUTORES .....	97

## APRESENTAÇÃO

A Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, no sentido de conhecer cada vez melhor o problema da violência doméstica tem investido em vários estudos com diversos enfoques.

Mais uma vez, da responsabilidade do Professor Doutor Manuel Lisboa e da sua equipa apresentamo-vos os resultados preliminares de um estudo por nós encomendado, “Os Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres”.

De facto, para além da violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais que este crime representa, tem efeitos multiplicadores na sociedade que convém conhecer para mais facilmente enfrentar o problema. O Plano Nacional contra a Violência Doméstica, já em vigor, muito irá colher dos dados que aqui estão reflectidos.

CIDM



## NOTA PRÉVIA

Esta brochura tem como objectivo apresentar a síntese dos principais resultados de um Inquérito Nacional sobre *Os Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres*, relativo à primeira fase de um estudo elaborado pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, através do SociNova – Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada, no quadro de uma solicitação da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Na segunda fase do estudo, desenvolver-se-ão outras dimensões dos custos da violência nomeadamente de natureza económica – e aprofundar-se-á a compreensão do fenómeno através da análise de casos-tipo. Os resultados completos dessas pesquisas serão objecto de publicação futura.

Este trabalho insere-se num quadro mais amplo de pesquisas efectuadas por investigadores do SociNova, sobre o *Género e a Vida Privada*, onde os estudos sobre as mulheres ganham a maior relevância. Sendo a violência uma das suas dimensões, ele beneficia dos resultados que há mais de uma década outras equipas do SociNova têm vindo a desenvolver sobre a criminalidade e a violência em geral. O seu coordenador é co-autor desses trabalhos, nomeadamente do primeiro estudo de âmbito nacional, realizado em 1995 e publicado em 1997, sobre a violência contra as mulheres.

Conjuntamente com os trabalhos sobre os Institutos de Medicina Legal, Hospitais e demais serviços de saúde, actualmente, também objecto de pesquisa por parte da equipa, os inquéritos de

vitimação são um dos instrumentos privilegiados para a análise da violência contra as mulheres. Assim, a pouco e pouco, de “fotografia em fotografia”, de vários ângulos e níveis de abordagem, vamos tendo uma imagem que, mesmo que ainda “aparente”, se vai aproximando da totalidade do fenómeno.

É neste contexto que vai ganhando força a ideia que a violência contra as mulheres – doméstica ou não – é um “fenómeno de género” com uma dimensão histórica, multifacetado do ponto de vista económico, político, social e cultural, e por isso, sem uma redutível a uma mera intervenção jurídica ou policial. Se, por um lado, é necessário combater as situações já detectadas, por outro lado, há que prevenir para que mais não se produzam no futuro.

Assim, julgou-se oportuno analisar o fenómeno da violência contra as mulheres, também, a partir das suas consequências: os custos ao nível da família, dos amigos, da actividade profissional, da saúde – física e psicológica – e da educação. Custos qualitativos e quantitativos; custos económicos e não económicos.

Os resultados obtidos permitem uma caracterização macro-sociológica da violência contra as mulheres com dezoito ou mais anos, ao nível dos actos, das vítimas, dos autores, dos locais de ocorrência e dos custos decorrentes da violência actual e passada.

Para levar a pesquisa a bom termo, foi necessário mobilizar uma equipa multidisciplinar, a quem desde já endereçamos o nosso reconhecimento, envolvendo investigadores do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, da Faculdade de Medicina de Lisboa – esta ao abrigo de um protocolo de cooperação científica celebrado com a primeira – e da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, ambas da Universidade de Lisboa.

Gostaríamos ainda de expressar o nosso agradecimento à Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres que, inicialmente através do empenhamento da Dra. Ana Maria Braga da Cruz e depois da Dra. Maria Amélia Paiva, criou as condições para a realização da pesquisa.

O Coordenador do Estudo



## INTRODUÇÃO

Manuel Lisboa

A necessidade de estudar os custos sociais da violência contra as mulheres decorre, em grande medida, de duas constatações. Por um lado, apesar dos avanços conseguidos nos últimos dois séculos no Ocidente em relação aos Direitos Humanos em geral e à situação das mulheres em particular, há problemas de discriminação de género que subsistem e que contribuem para a manutenção de desigualdades de oportunidades e de poder, que também se manifestam sob a forma de violência. Portugal não é excepção, como o demonstram algumas investigações neste domínio (Lourenço, Lisboa & Pais 1997; Lisboa, Barroso & Marteleira 2003).

Por outro lado, após um relativo vazio de estudos sobre este tipo de fenómenos, começa a compreender-se que a violência é socialmente construída a partir de uma teia complexa de factores históricos, económicos, sociais e culturais, cuja resolução decorre de mudanças lentas, nem sempre só confináveis à adopção de medidas legislativas, pelo que qualquer intervenção que se queira eficaz deve contar também com a consagração de medidas preventivas. Todavia, para que esta constatação ganhe força de acção política, por vezes, é necessário demonstrar que, neste domínio, é melhor investir na prevenção do que simplesmente tratar as consequências. É esse, também, um dos objectivos deste estudo.

Assim, esta investigação procura fazer uma abordagem mais ampla, relativa ao género, a dimensões da vida privada das

mulheres, em que uma das variáveis dependentes é a vitimação de violência, e aos custos daí decorrentes. O seu desenvolvimento estrutura-se a partir de três matrizes teóricas e conceptuais: violência, vida privada *versus* vida pública e custos da violência. Independentemente de futuros desenvolvimentos teóricos nos capítulos seguintes, torna-se necessário deixar aqui algumas notas.

A assunção social de determinados actos como violentos, ou mesmo como crimes, decorre da representação que uma sociedade, ou um segmento dela, faz desses actos e da necessidade de, por razões políticas, económicas, sociais e culturais, adoptar medidas no sentido de os controlar e condicionar bem como aos agentes que os praticam.

Em regra, o fenómeno é representado como um problema que é necessário resolver. A operacionalidade da acção correspondente passa pela sua rotulagem de modo a mais facilmente identificar e objectivar os actos e, assim, poder intervir. Mas, se, por um lado, isso pode ser visto como um avanço no sentido da resolução de tal problema, por outro lado, a simples utilização de um rótulo, sobretudo quando banalizada pelo tempo, encerra em si um mecanismo de ocultação dos processos internos à própria acção que, esses sim, constituem o núcleo central que é imperioso conhecer para melhor intervir.

Nesse sentido, torna-se necessário questionar o próprio conceito de violência, inserindo-o num quadro compreensivo mais amplo que tenha em conta as práticas, as representações e as relações de força que, em cada sociedade, os diferentes actores sociais fazem de determinados actos.

No capítulo sobre a *Vitimação*, far-se-á um maior desenvolvimento teórico sobre o tema da violência; todavia, gostaríamos de deixar aqui três ideias centrais: a explicitação do conceito de violência remete para a ideia de *representação social*, nos termos definidos por Jodelet (1989) e Lourenço e Lisboa (1992); a violência não constitui uma totalidade homogénea,

mas expressa-se sob formas diversas, de maior visibilidade ao nível físico, sexual, psicológico, de discriminação sociocultural, ou, como surge neste estudo, de um certo mal-estar social, insegurança e incerteza no futuro que as vítimas explicitam por constrangimento/violência social; um acto considerado violento é sempre representado como uma transgressão, constituindo, pelo menos para quem o representa, um poder arbitrário não aceite.

Nesse sentido, para os segmentos sociais que têm poder para tal, a gravidade de certos actos pode traduzir-se sob a forma de crime punível por lei. Todavia, trata-se de conceitos diferentes – crime e violência – que podem ou não coincidir. Daí que, no caso da violência doméstica, apesar de actualmente haver actos que já podem ser configurados como crimes, para certos actores sociais (mesmo para algumas vítimas) ainda não o são. Igualmente no passado, apesar de a lei não os considerar como crimes, para outros actores sociais eles já eram representados como violentos.

Passando a outro eixo de análise, a abordagem sociológica da esfera do privado esbarra com inúmeros obstáculos: trata-se de um terreno quase virgem para os sociólogos, deixado sobretudo aos psicólogos, porque esquecido numa individualidade relativamente estanque ao social. Pensamos que tal não é a posição mais adequada: as duas perspectivas completam-se.

Concordamos com Durkheim, quando diz que o privado também é socialmente construído. Temos vindo mesmo a constatar em outras pesquisas da equipa, em curso, da esfera das Organizações e da Sociologia Económica, que o privado e o público se entrelaçam num feixe de implicações mútuas. Por isso, decidimos empreender esta aventura. Ainda estamos a “marcar o território”, a “escavar as amostras” e a ensaiar as primeiras hipóteses explicativas. É certo que Philippe Ariès e Georges Duby, na sua monumental obra sobre a *História da Vida Privada* (1989-1991), bem como este último e Michelle Perrot na *História das Mulheres* (1993-1995) e mesmo Michel Foucault, com a *História da Sexualidade* (1994), desbravaram já muito



do terreno. No campo da Sociologia, também Anthony Giddens (1992, 1993) nos abre as portas à compreensão da transformação da intimidade nas sociedades modernas, abordando aspectos como a *identidade de género, a violência doméstica e a sexualidade*.

Mas que entender por vida privada? Como é que o social se deixa observar nessa “zona de imunidade, reservada ao refúgio, ao recolhimento, onde cada um pode depor as armas e as defesas com as quais convém estar munido quando se arrisca no espaço público”, como referem Ariès e Duby (1998:10)? Ou ainda um espaço de silêncios que as mulheres tão bem conhecem, como nos avisa Michelle Perrot. Hoje, pensamos que esse espaço pode ser observado na casa-família, no círculo de amigos e nos grupos profissionais mais íntimos, mas, também, no espaço mental individual onde cada agente social recria, se defende e ensaia as relações com os outros actores sociais. O público e o privado são dois territórios construídos à medida das conveniências sociais e individuais. Em alguns casos, podem mesmo assumir uma diferenciação de género: masculino no público e feminino no privado (Lipovetski 1997). Separa-os uma linha fictícia, um campo neutro dos dois lados, permanentemente em tensão, de forças e poderes que se entrincheiram de cada lado, se confrontam e se misturam, mesmo que no acto implícito ou na escuridão do silêncio e da noite.

Dois mundos que se interpenetram e se realimentam para emergir sob novas formas colectivas, como bem mostram Maurice Halbwachs em *Les cadres sociaux de la mémoire* (1994, 1ª ed. 1925), ou Jürgen Habermas em *L' espace public* (1993).

Em Portugal, particularmente com a legislação de criminalização da violência doméstica, o público reclama a sua parcela há tanto tempo silenciada no privado. Se, em alguns casos, tal corresponde ao emergir de velhas necessidades humanas e sociais recalcadas ao longo dos anos, em outros, o privado resiste à invasão pública e anónima de um qualquer banco de dados que transforme o indivíduo num registo confinado a uma simples memória digital.

Finalmente, algumas considerações sobre os custos resultantes da violência exercida contra as mulheres. Como os definir? Que indicadores e instrumentos utilizar para os observar e medir? Independentemente de desenvolvimentos mais específicos nos capítulos seguintes, pensamos que esta problemática pode ser equacionada a partir de quatro eixos de análise: o primeiro, que contempla as diversas escalas do fenómeno, mais individual ou societal; o segundo, que tem em consideração as várias áreas pessoais que podem ser afectadas pela violência, o que configura desde logo uma tipologia de custos relacionados com a vítima; o terceiro, que equaciona os custos a partir dos instrumentos de observação e medida, mais qualitativos ou mais quantitativos; e o quarto, em que se tem em atenção a amplitude social e temporal dos custos.

Os custos individuais expressam-se nas vítimas e em outros agentes sociais relacionados com elas ou com os actos praticados. Os custos com uma dimensão mais societal decorrem da participação acrescida em todas as organizações e instituições, resultante da ocorrência do acto de violência. São disso exemplo: os custos com a justiça (tribunais, advogados, prisões e outros agentes de justiça), decorrentes do julgamento, prisão ou reabilitação de vítimas e de outras pessoas afectadas pelos actos de violência; os custos com as polícias, nomeadamente, agentes, instalações e outros meios, programas especiais (por exemplo, o programa Inovar); os custos com as “casas-abrigo” e outros serviços para apoiarem as mulheres vítimas (APAV, Comissões de Atendimento da CIDM, etc.); os custos com as organizações de saúde (hospitais, Centros de Saúde e outros agentes de saúde, como os médicos privados).

Desde já, no inquérito realizado são contemplados vários indicadores relativos aos custos individuais, nas vítimas e nos filhos, e quanto à dimensão societal introduzem-se alguns aspectos relativos à saúde.



Os ensaios de avaliação feitos neste domínio noutros países, por exemplo na Finlândia (Piispa & Heiskanen 2001), mostram que é particularmente difícil observar todos os elementos afectados e, nos casos em que tal é possível, requerem um sistema de produção de estatísticas fiáveis, normalmente desenvolvido ao longo de anos. Em Portugal, as dificuldades são ainda de maior monta, pelo que esperamos que este estudo possa dar algum contributo no sentido de iniciar os primeiros passos para a produção sistemática e continuada desses dados.

As áreas pessoais afectadas pelos actos de violência podem assumir várias formas: social – na relação com familiares e amigos e na actividade profissional – e individual – na saúde física, na saúde psicológica e na educação, da vítima e dos filhos. As conclusões de Gillioz, Puy e Ducret (1997), em relação à Suíça, mostram claramente uma associação entre a violência e os custos com a saúde em geral e a saúde psicológica. Todas estas dimensões, assim como a social, estão contempladas no presente estudo, pelo que cerca de dois terços do questionário do inquérito são dedicados à recolha de dados nesse sentido.

A questão dos instrumentos para medir os custos é, porventura, um dos aspectos mais marcantes para a observação do fenómeno: mais qualitativa e mais quantitativa. Há custos, que, pela sua natureza, num primeiro momento, só se deixam observar com instrumentos qualitativos. São disso exemplo os vários tipos de rupturas inter-pessoais, com os afectos associados, as expectativas não satisfeitas ao nível profissional e na educação, as frustrações e prejuízos de carreira daí resultantes, os sintomas e as doenças físicas e psíquicas.

Todavia, num segundo momento, pode-se ensaiar a quantificação, medindo a frequência, a prevalência e a incidência de cada destas qualidades (variáveis e categorias), bem como a associação entre qualidades ou conjuntos agregados de qualidades (índices).

O que habitualmente costuma designar-se por avaliação quantitativa dos custos diz respeito só a uma das suas dimensões: a económica. De facto, alguns desses custos podem ser objecto de cálculo macro-económico. É o caso dos que se expressam por faltas ao trabalho, perdas salariais devido à não progressão na carreira e a despedimentos, tempo e dinheiro gastos com divórcios, separações conjugais, médicos, medicamentos e meios suplementares de diagnóstico, idas ao hospital e a Centros de Saúde, internamentos, incapacidades e outros prejuízos económicos resultantes do insucesso escolar das vítimas e dos filhos. Igualmente são de assinalar outros custos macro-económicos, relativos a gastos orçamentais de organizações públicas e privadas e de instituições do Estado; estes particularmente dependentes da produção de estatísticas oficiais, muitas vezes insuficientes e, portanto, difíceis de avaliar.

De um ponto de vista da amplitude dos custos, alguns expressam-se directamente nas vítimas, o que poderá facilitar a sua observação, enquanto outros têm uma incidência mais difusa no tecido social e nem sempre são detectáveis. Igualmente, numa perspectiva temporal, há custos que decorrem imediatamente das acções de violência, enquanto outros são diferidos no tempo, vindo a manifestar-se mais tarde. A este propósito, são significativas as conclusões de Walker (1993), relativas ao *Battered Woman's Syndrome*, quando mostra que o efeito da violência pode prolongar-se por anos, como um *síndrome pós-traumático*, e manifestar-se nas mais diversas situações.

Neste trabalho, e com os instrumentos de observação já utilizados, a análise centrar-se-á fundamentalmente nos custos directos e de curto prazo; ainda que em menor grau, são também contemplados os custos indirectos com a educação dos filhos e os que são percebidos pelas mulheres ao longo do tempo, desde a primeira vez em que consideram ter sido vítimas de violência.

Difícilmente um inquérito sociológico, por mais extenso e pormenorizado que seja, e este pretende sê-lo, pode dar conta da

riqueza e do detalhe de tudo o que pretendemos abarcar neste estudo. Mas pode revelar indícios e pistas. Em parte, este é o primeiro trabalho de batedores: observando sinais, seguindo pistas, ensaiando interpretações para os grandes “ruídos” dos números, mas também disponibilizando-nos para ouvir o “susurrar” dos pequenos valores, sabendo ligá-los para procurar e testar hipóteses mais consistentes. Depois, é necessário validar estas com observações mais aprofundadas através de outros instrumentos metodológicos, a realizar na segunda parte do projecto.

Para já, fica o trabalho pioneiro ao nível da abordagem deste objecto de estudo e os primeiros cálculos qualitativos e quantitativos dos custos da violência exercida contra as mulheres com dezoito e mais anos. A ser completado com outras análises, desde logo, na publicação futura do trabalho final.

Seguem-se seis capítulos, onde se procura sintetizar e descrever as principais conclusões do inquérito realizado, bem como algumas considerações metodológicas sobre o caminho seguido. Nomeadamente: Aspectos metodológicos; Vitimação; Custos sociais; Custos com a saúde física; Custos com a saúde psicológica; Custos ao nível da Educação.



# Capítulo 1

## ASPECTOS METODOLÓGICOS

Manuel Lisboa  
Ana Roque

A estratégia de investigação seguida para estudar os custos da violência contra as mulheres privilegiou numa primeira fase a elaboração de um inquérito sociológico para a análise macro das dimensões sociais, de saúde física e psicológica e de educação de vítimas e não vítimas. O estudo contempla também uma abordagem quantitativa a partir das estatísticas oficiais e a análise aprofundada com estudos de caso, que incluirão o texto final a publicar futuramente. Em seguida referir-se-ão só os principais aspectos metodológicos relativos à primeira etapa.

### **1.1 Pesquisa bibliográfica**

Procurou-se efectuar uma recolha exaustiva da bibliografia específica sobre o tema, que é escassa tanto no panorama nacional como internacional. Assim, completou-se a pesquisa com estudos que abordam a temática do feminino e da violência, particularmente quando é exercida contra as mulheres.

Para contextualizar os resultados do inquérito, foram consultados dados de estatísticas oficiais que, indirectamente, possam servir de indicadores das várias dimensões dos custos sociais.

## 1.2 Inquérito sociológico

### 1.2.1 Amostra

Foi realizado um inquérito sociológico a uma amostra de 1500 mulheres com dezoito ou mais anos, residentes no Continente, para uma margem de erro de 3,5% e um nível de confiança de 95%.

Amostra foi estratificada em função da idade, do distrito e da dimensão da localidade de residência das mulheres (mais e menos de 10 000 habitantes), com base no recenseamento de 2001 e seguindo uma distribuição proporcional do universo da população portuguesa do sexo feminino.

De acordo com os resultados obtidos em pesquisas anteriores, a amostra foi calculada de modo a conter um número suficiente de mulheres vítimas e não vítimas (grupo de controlo) para permitir os cálculos estatísticos necessários ao objectivo do estudo.

### 1.2.2 Questionário

O questionário foi concebido para ser administrado de *forma indirecta*, por inquiridoras especializadas, e é constituído por vários módulos da responsabilidade científica de especialistas de cada uma das áreas: *custos sociais, saúde física, saúde psicológica e Educação*.

Os restantes módulos contaram fundamentalmente com a colaboração dos investigadores da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, sob orientação do coordenador do estudo.

O questionário está estruturado em seis módulos: Controlo da administração; Caracterização sociocultural das inquiridas; Vitimação — os três actos de violência mais importantes dos últimos doze meses e outros ocorridos em anos anteriores; Custos sociais ao nível da família e da actividade profissional; Custos ao nível da saúde (física e psicológica); Custos ao nível da educação.



As questões formuladas no questionário procuram abranger um conjunto amplo de variáveis e indicadores relativos aos seguintes aspectos: caracterização sociocultural da vítima e do agressor (idade, género – agressor –, estado civil, relação familiar e/ou profissional entre a vítima e o agressor, características do agregado familiar, nível de instrução formal, actividade profissional, ocupação de tempos livres); espaço(s) de ocorrência da agressão; tipo de agressão e antecedentes de violência; custos sociais ao nível da actividade profissional (acesso ao emprego, remuneração, mobilidade profissional, faltas ao emprego e progressão na carreira) e dos espaços familiares e de amigos; custos ao nível da saúde física e psicológica (doenças e sintomas físicos e psicológicos mais frequentes nestas situações, custos com consultas, medicamentos, internamentos e recurso a técnicos de saúde); custos ao nível da educação das vítimas e dos filhos (acesso ao ensino, interrupção dos estudos, sucesso e insucesso escolar e expectativas de progressão).

As perguntas relativas aos custos foram construídas de forma a abordar as suas dimensões qualitativa e quantitativa. Sempre que possível, foram construídos indicadores de custos mensuráveis sob a forma económica – expressa em unidades monetárias – de índices e a partir da qualificação de custos indirectos.

### 1.2.3 Administração do questionário

A administração definitiva do questionário foi precedida do recrutamento e formação de 31 inquiridoras e da realização de um pré-teste.

O recrutamento e a formação de inquiridoras especificamente para este trabalho, no Porto e em Lisboa, contou sempre com a participação empenhada da CIDM. As inquiridoras que participaram no trabalho de campo eram já experimentadas na realização de inquéritos sociológicos desta natureza, licenciadas e algumas finalistas de Sociologia.

O pré-teste permitiu corrigir aspectos de linguagem do questionário, reforçar as recomendações às inquiridoras e acertar a melhor forma de colocar as perguntas.

Foram tomadas todas as precauções para que da realização da entrevista não resultasse qualquer prejuízo para as mulheres, sendo elas a escolher o local onde tal deveria ocorrer e garantindo-se total confidencialidade nas respostas dadas. A aplicação dos questionários fez-se, maioritariamente, em casa das inquiridas ou à sua entrada, em jardins e outros locais públicos, como cafés, assegurando-se sempre que a administração não fosse afectada pela presença de terceiros.

A duração média da administração de cada questionário foi de 33 minutos.

Atendendo à delicadeza das questões abordadas no questionário e à possibilidade de algumas poderem desencadear reacções psicossociais e jurídicas que implicariam um apoio de técnicos especializados, as inquiridoras eram portadoras de contactos da *Emergência Social* do M.S.S.S. e da *Comissão de Atendimento da CIDM*, que disponibilizaram às mulheres inquiridas sempre que o solicitaram.

#### 1.2.4 Trabalho de campo

O trabalho de campo teve a duração de dois meses e meio e decorreu de 14 de Fevereiro a 30 de Abril de 2002.

Para atingir as 1503 entrevistas válidas foram feitos 2759 contactos (entrevistas efectivas + contactos sem sucesso), sendo que os casos de insucesso ficaram a dever-se a recusas (1215 casos) e a desistências ao longo da entrevista (41 casos).

#### 1.2.5 Validação dos dados

Após formação específica orientada pela CIDM, foi efectuado um controlo de qualidade do trabalho de campo em relação a 20% da amostra.

Os resultados permitem concluir por um excelente nível de execução, existindo apenas 48 casos em que não foi possível esclarecer totalmente a informação recolhida (por se tomarem medidas cautelares de protecção das inquiridas que dificultaram o acesso às mulheres), que foram imediatamente substituídos por entrevistas válidas com iguais critérios de estratificação da amostra.

### 1.2.6 Validação, tratamento e análise dos dados

Após a codificação das respostas, procedeu-se à introdução da informação das 653 variáveis na base de dados e realizaram-se vários testes de validação da homogeneidade das variáveis e da sua aplicabilidade estatística e sociológica.

A introdução dos dados codificados na base informática foi realizada por operadores especializados, tendo-se efectuado controlo de qualidade em 10% dos registos.

A preceder o tratamento estatístico orientado para os objectivos do estudo, foram realizados apuramentos preliminares para todas as variáveis e procedeu-se à recodificação, sempre que necessário de um ponto de vista estatístico e sociológico. Nesta brochura apresentar-se-ão os resultados mais relevantes em relação aos apuramentos estatísticos univariados e bivariados das características socioculturais das mulheres inquiridas, das situações de vitimação – com destaque para os locais de ocorrência, características dos agressores e reacção das vítimas – e dos custos relativos à actividade profissional, à família, à saúde física e psicológica e à educação das próprias e dos filhos.



## Capítulo 2 VITIMAÇÃO

Manuel Lisboa

O modelo teórico e conceptual seguido na elaboração do questionário que deu origem aos dados do inquérito agora analisados procura centrar-se na relação existente entre a violência de que as mulheres são vítimas e os custos daí decorrentes. Assim, esta investigação não é propriamente um estudo sobre vitimização. Trata-se de uma abordagem mais ampla, relativa ao género e a dimensões da vida privada das mulheres, em que uma das variáveis dependentes é a vitimação de violência. A sua operacionalização implica a explicitação de alguns conceitos, que são centrais em toda a pesquisa.

De um ponto de vista sociológico, colocam-se duas questões. Como definir o conceito de violência, em geral, e o de violência contra as mulheres, em particular? A que indicadores se pode recorrer para observar empiricamente a violência contra as mulheres?

Não há propriamente uma única definição de violência, ainda que nas sociedades ocidentais actuais se atribua tal designação a um número cada vez maior de actos e situações. A proliferação de significados, nem sempre coerentes com a gravidade e as características do signifiante, obriga a que se faça um esforço de desconstrução, procurando identificar por detrás do termo os processos e as dinâmicas sociais que estão associadas à atribuição de tal rótulo. Enquanto produção e representação, a violência tem

uma origem e uma função social que estão presentes em todas as sociedades ao longo do tempo. Assim, um acto é violento na medida em que alguém o classifica como tal: a vítima, o autor ou a sociedade a que ambos pertencem. Ora, tal classificação pode resultar da materialidade como o acto é percebido e vivido, ou como é representado; em qualquer dos casos, para ser considerado violento é representado sempre como uma transgressão. O que varia é a gravidade da transgressão e o nível como esta é representada.

De um ponto de vista social, o significado de violento atribuído a um determinado acto advém do facto de ele ser considerado como uma agressão a normas estabelecidas pelo sistema de valores que é reconhecido por uma determinada sociedade ou segmento social (Lourenço & Lisboa 1992).

Por outro lado, o conceito de violência é dinâmico, reportando-se genericamente a uma transgressão das normas e dos valores socialmente instituídos em cada momento. A sua qualificação tem sido assumida em função de normas que variam consoante os contextos e podem não ser partilhadas por todos, pelo que os mesmos factos não são sempre apreendidos nem julgados segundo os mesmos critérios, assistindo-se a uma variação temporal e espacial do seu significado (Lourenço, Lisboa & Pais 1997).

Tais dificuldades na clarificação de conceitos não se fazem sentir exclusivamente junto da comunidade científica, mas também junto da população em geral, na medida em que a idiosincrasia das situações violentas mediatiza percepções diferentes em função dos avaliadores, o que dificulta a compreensão dos resultados (Costa & Duarte 2000).

Todavia, mesmo enquanto representação, a violência desempenha um papel fundamental no condicionamento da conduta dos agentes sociais e, no nosso caso, das mulheres vítimas, que pode ser equacionado enquanto custo. De facto, como refere Jodelet (1989), as representações sociais são modalidades de conhecimento prático, orientadas para a comunicação, apreensão



e domínio do meio social e expressam-se sob a forma de imagens condensadas, nas suas dimensões materiais e ideais.

A gravidade da transgressão pode assumir também outra designação: a de crime. Todavia, os conceitos de violência e crime não devem ser confundidos. Há actos que são crimes e não são percebidos como violentos e há actos que são violentos e que legalmente não são considerados crimes, mesmo que o possam vir a ser mais tarde ou noutros contextos. A definição de crime é mais objectiva, pois, ainda que em última instância só após o julgamento a classificação seja possível, um acto é considerado crime se, num determinado espaço e tempo, o sistema jurídico o considera como tal. Ou seja, depende da norma jurídica e da sua aplicação. No caso da classificação de violento, a situação é mais complexa, pois as normas e os valores que permitem a classificação estão menos codificados, são socialmente mais difusos e mutáveis.

Ainda assim, o aumento da consciência social da gravidade de determinados actos tem contribuído para que alguns tenham passado a ser objecto de tratamento legal. É o caso da violência doméstica e de alguns crimes sexuais.

Para alguns autores, a violência doméstica é “o exercício da força física e do poder sobre o outro, normalmente com o objectivo de controlar, retirar poder e/ou agredir, que ocorre nos relacionamentos de intimidade, parentesco, dependência ou confiança” (Monteiro 2000). Para outros, é um padrão de comportamentos abusivos que incluem uma variabilidade de maus tratos possíveis, desde físicos, sexuais e psicológicos, usados por uma pessoa contra a outra, num contexto de intimidade, em ordem a adquirir poder ou manter essa pessoa controlada (<sup>1</sup>). Ou ainda, qualquer conduta ou omissão que inflija, reiteradamente, sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos, de modo directo ou indirecto por meio de ameaças, enganos, coacção ou

---

<sup>1</sup> Cf. American Psychology Association. in Maria E. Costa (2000).

qualquer outro meio, a qualquer pessoa que habite no mesmo agregado doméstico ou que, não habitando, seja cônjuge ou companheiro, ou ex-cônjuge ou ex-companheiro, bem como ascendentes e descendentes”(*Relatório Intercalar de Acompanhamento do Plano Nacional Contra a Violência Doméstica* 2000).

Seja qual for a representação social de um acto e do nível de gravidade que lhe possa ser atribuído, o seu carácter violento está essencialmente associado ao facto de ele poder produzir efeitos físicos ou psíquicos que contrariem as inclinações, propensões e necessidades de outrém, assumindo-se assim como poder arbitrário não aceite.

Igualmente, a violência pode expressar-se segundo características mais marcantes – física, psicológica, sexual, discriminação e constrangimento social – ou combinar algumas destas formas. Ocorre, também, em diferentes contextos: no espaço doméstico, no local de trabalho ou em locais públicos. Pode, ainda, corresponder a um acto isolado ou inserir-se numa trajectória de violência mais ou menos prolongada no tempo.

De um ponto de vista empírico, pode ser observada através de vários indicadores e sinais: físicos, com ou sem incapacidades (parciais e totais) – as ofensas corporais graves e simples são puníveis por lei; homicídio e tentativa de homicídio; levar ao suicídio; ameaças – algumas puníveis por lei; dano – também punível por lei; coacção, também sexual – puníveis por lei; sequestro – punível por lei; violação e abuso sexual – puníveis por lei; distúrbios cognitivos e de memória; depressão; distúrbios de ansiedade; insegurança; falta de confiança e de auto-estima; doenças psicossomáticas.

Em seguida far-se-á a análise dos actos de violência (tal como as mulheres os representam) e das características do local e do contexto social da agressão – relativas às vítimas e ao agressor (<sup>2</sup>).

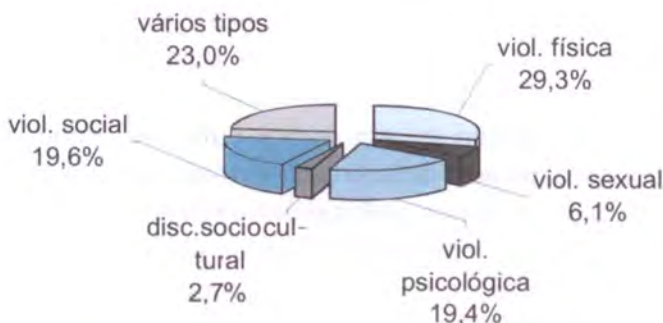
---

<sup>2</sup> Serão utilizados gráficos circulares para a descrição dos resultados. Deverá ter-se em atenção que o programa informático que produz os gráficos faz arredondamento das percentagens para que o total dê 100%. Assim, é de esperar uma margem de erro associada de 1%, que deve ser contemplada na análise.

## 2.1 Actos de violência

Após a análise dos resultados do inquérito em relação aos três actos mais importantes percebidos como violentos, ocorridos nos últimos doze meses e em anos anteriores, verifica-se que 30% das mulheres consideram-se vítimas de pelo menos um acto de violência.

**Gráfico 2.1**  
**Tipos de violência**



Fonte: *Inquérito Nacional Custos Sociais da Violência Contra as Mulheres*, SociNova - FCSH-UNL/CIDM, 2002.

Pelo gráfico anterior pode ainda verificar-se que predominam as situações de violência física (29,3%), seguida de situações em que explicitamente é referida a combinação de vários tipos (23%) e da violência psicológica (19,4%). São ainda de salientar as referências feitas a algo cuja forma é pouco explícita, mas que se expressa em constrangimento/violência social que condiciona as condutas das mulheres e que elas percebem como sendo agressivas (19,6%).

Mesmo que não possa ser feita uma análise comparativa com o estudo de 1995, sobre a violência contra as mulheres,



desenvolvido por uma equipa de investigadores da Universidade Nova de Lisboa sob a coordenação de Nelson Lourenço e Manuel Lisboa, os resultados agora obtidos evidenciam um peso considerável dos actos de violência física, certamente correspondendo aos actos que as mulheres mais facilmente percebem como violentos <sup>(3)</sup>. Tal é particularmente visível nos casos em que a violência se refere a um período anterior aos últimos 12 meses, pois quando ela ocorre no último ano predomina a violência psicológica em qualquer dos três actos assinalados. Esta clivagem entre os tipos de violência apontados em função do tempo em que ocorreram é particularmente acentuada, tanto ao nível dos actos <sup>(4)</sup>, como da sua percepção em relação ao modo como se sentem mais afectadas. Realce-se que neste caso predominam claramente as situações em que as mulheres se sentem afectadas psicologicamente mesmo quando os actos de violência se reportam a anos anteriores (60,6% na psicológica contra 28,2% na física). Como hipótese, é de admitir que a clivagem entre os actos referentes ao passado e ao presente e a permanência da percepção de custos ao nível psicológico podem estar relacionadas com um fenómeno de memória e/ou uma alteração no tipo de violência praticado e percebido pelas mulheres — antes mais física, hoje mais psicológica.

---

<sup>3</sup> A metodologia utilizada nos dois estudos é diferente, o que não permite uma análise comparativa. No inquérito de 1995, as perguntas são feitas acto a acto, no sentido de saber se as mulheres inquiridas, com 18 e mais anos, foram vítimas desses actos nos últimos 12 meses ou em anos anteriores (num conjunto de 52 actos seleccionados a partir do Serviço de Atendimento da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres).

<sup>4</sup> Para anos anteriores predomina a violência física (40,7%), seguida da psicológica (23,7%), da violência/constrangimento social (16,5%), dos vários tipos (9,9%), da sexual (6,9%) e da discriminação sociocultural (2,4%). Nos doze meses anteriores ao inquérito e para o acto mais importante surge em primeiro lugar o constrangimento social (32%), seguido da violência psicológica (23%), da física (21,2%), dos vários tipos (9,1%), da discriminação sociocultural (7,9%) e da violência sexual (6,6%). No segundo acto mais importante, o número de respostas é reduzido, mas mostra uma clara supremacia dos casos de violência psicológica.

Estudos posteriores poderão ajudar a responder a esta questão.

Igualmente é de assinalar a percentagem considerável de mulheres que referem vários tipos violência, o que, por um lado, vem tornar mais claro que um mesmo acto pode ser percebido como violento em várias dimensões (por exemplo, uma agressão física pode igualmente causar danos a nível psicológico) e, por outro lado, reforçar a hipótese de que em alguns casos a violência tende a ocorrer em “cachos”, no sentido em que os actos estão intricados entre si e vão ocorrendo de uma forma articulada e em cascata, particularmente quando há uma trajectória de violência.

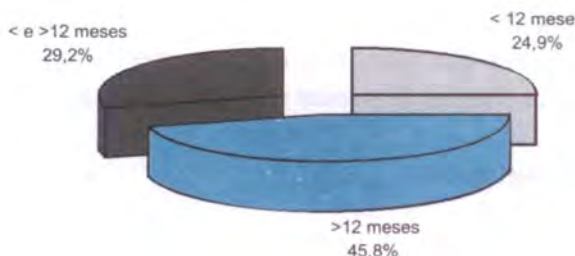
Como resultados novos face a estudos anteriores, refira-se o surgimento de um tipo de violência, ou constrangimento social, ainda com contornos mal definidos, mas que corresponde a um conjunto de actos que são percebidos pelas mulheres como violentos, o que afecta as suas condutas, nomeadamente em termos de custos daí decorrentes.

Ainda no sentido de reforçar a hipótese de que muitas vezes a violência de que as mulheres são vítimas não corresponde a um acto isolado, mas se insere num processo mais amplo de interacções que se prolongam no tempo, procurou-se analisar os tempos em que ocorre a violência.

Como é possível observar no gráfico seguinte, predominam as situações em que os actos ocorreram há mais de doze meses da data da realização da entrevista (45,8%); admitindo-se, no entanto, que este resultado possa ser afectado pelo facto de ser mais fácil falar de actos passados do que dos mais recentes. Todavia, é considerável o peso das mulheres em que há uma trajectória de violência que se prolonga desde o passado até à actualidade (29,2%).



**Gráfico 2.2**  
**Ocorrência dos actos de violência**



Fonte: *Inquérito Nacional Custos Sociais da Violência Contra as Mulheres*, SociNova - FCSH-UNL/CIDM, 2002.

No sentido de precisar a validação da hipótese atrás formulada, tomam-se como objecto de análise só os actos ocorridos nos doze meses anteriores à dada da entrevista e procura-se ver se eles se estendem ao passado. Os resultados mostram que para mais de metade destas mulheres (52%) há uma trajectória de violência que vem de trás; em 39% dos casos, essa violência prolonga-se mesmo por um período superior a dez anos. Confirma-se assim a importância da dimensão temporal na análise deste fenómeno. Como consequência da exposição prolongada à violência, é de salientar o que alguns autores designam por *síndrome da mulher batida*, que se expressa de forma semelhante ao *síndrome do stress pós-traumático* (Walker 1993).

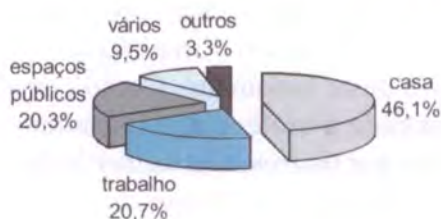
De um ponto de vista psicossocial, várias questões podem colocar-se a partir destas constatações, nomeadamente, a de saber quais os factores materiais, sociais, culturais e psicológicos que condicionam estas mulheres a conviver com a violência ao longo de tanto tempo. Num estudo recente, sobre situações de violência extrema detectada nos *Institutos de Medicina Legal*, verifica-se que num número considerável de

casos tal pode vir já da fase do namoro e que se prolonga após a separação ou divórcio (Lisboa, Barroso & Marteleira 2003). Outros estudos em curso no âmbito da equipa, sobre a violência nas relações amorosas, apontam para a existência de uma teia de relações psicossociais que externa e internamente (Bourdieu 1998) condicionam as formas de pensar e de agir destas mulheres.

## 2.2 Local da agressão

A análise dos espaços onde ocorre a violência é também uma dimensão importante para compreender o contexto social que está associado à produção e reprodução do fenómeno. De facto, alguns espaços estão marcados por relações de poder – afectivas, sociais e económicas –, que condicionam a interacção entre o agressor e a vítima ao longo do tempo, bem como a reacção desta.

**Gráfico 2.3**  
**Local de ocorrência do 1º acto nos últimos 12 meses**

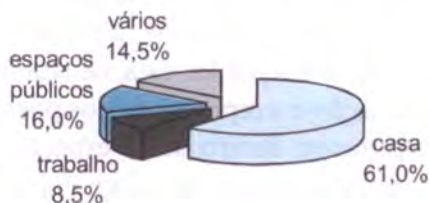


Fonte: *Inquérito Nacional Custos Sociais da Violência Contra as Mulheres*, SociNova - FCSH-UNL/CIDM, 2002.

Quanto ao local de ocorrência dos actos de violência, e à semelhança do que tinha sido detectado em estudos anteriores (Lourenço, Lisboa & Pais 1997), a casa/família continua a ser apon-

tada em primeiro lugar, tanto para o acto mais importante dos últimos doze meses, como para os actos dos anos anteriores (46,1% e 61%). Seguem-se o local de trabalho e os espaços públicos, com uma ligeira predominância destes para os anos anteriores.

**Gráfico 2.4**  
**Local de ocorrência dos actos dos anos anteriores**



Fonte: *Inquérito Nacional Custos Sociais da Violência Contra as Mulheres*, SociNova - FCSH-UNL/CIDM, 2002.

O espaço da casa-família surge assim como o local onde é mais provável a mulher ser vítima de violência, bem longe da imagem frequentemente idealizada como refúgio de segurança e felicidade. Anthony Giddens (1993) faz a mesma observação para o caso inglês, apesar de a Inglaterra contar com leis que protegem as mulheres da violência doméstica. Na sociedade portuguesa, durante muito tempo este espaço tem feito parte de uma *esfera privada*, relativamente protegida dos poderes públicos, muitas vezes mais preocupados em assegurar a manutenção da dimensão formal e jurídica da relação do que em permitir as condições materiais necessárias ao seu desenvolvimento igualitário e equilibrado com outras esferas da vida dos actores sociais envolvidos, como seja a compatibilização com o exercício de uma actividade profissional. Não vamos relembrar aqui algumas das teorias desenvolvidas em relação a esta temática, tanto



pela via da Sociologia da Família, como da relação desta com o Estado e o seu papel na estruturação das sociedades ocidentais – o próprio conceito de família, ou de famílias, está em discussão <sup>(5)</sup>; outros trabalhos em curso na equipa de investigação que realiza este estudo o farão futuramente.

Refira-se, no entanto, que quando a envolvente social da família, da qual fazem parte actores sociais diferenciados quanto à sua natureza e institucionalização, remete o espaço doméstico para uma esfera essencialmente privada, inibindo assim a intervenção exterior mesmo nas situações em que um dos elementos é vítima de actos puníveis por lei, está, de algum modo, a contribuir para a legitimação e a reprodução dos poderes que ao longo do tempo se estruturam dentro desse espaço. Assim, o espaço doméstico tem surgido na sociedade portuguesa como um espaço de encobrimento, onde as mulheres, as crianças e os idosos têm sido as principais vítimas. É certo que a legislação entretanto surgida no sentido de penalizar a violência doméstica, bem como a acção de várias instituições públicas e privadas têm permitido melhorar a situação. Todavia, dificilmente se muda por decreto a mentalidade e as práticas que lhe estão associadas. A moldura jurídica é uma condição necessária, mas não é suficiente. Como refere Mamta Saigal (2000), a violência doméstica não é apenas um problema legal, que possa ser resolvido com medidas apropriadas desse tipo. É muito mais um problema social e psicológico que requer uma acção concertada do sistema social e da mentalidade, atitude e conduta das pessoas em relação às principais vítimas, as mulheres, as crianças e os idosos. As mentalidades mudam mais lentamente, com a acção persistente e continuada ao longo do tempo: na coacção das situações limite, mas também na prevenção e na formação das novas gerações.

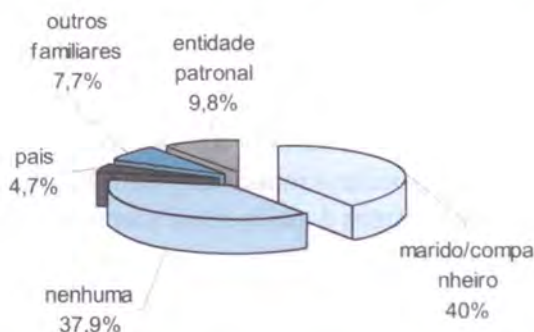
---

<sup>5</sup> Como refere Ulrich Beck (1992), esta é também uma das características associada à *sociedade de risco* em que vivemos.

## 2.3 Autores da violência

Para uma melhor análise do contexto social que está associado à prática da violência contra as mulheres, torna-se necessário conhecer também o perfil social dos autores das agressões.

**Gráfico 2.5**  
**Relação entre vítimas e autores do 1º acto nos últimos 12 meses**

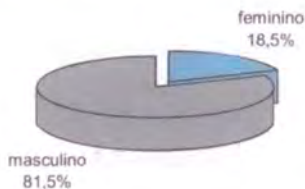


Fonte: *Inquérito Nacional Custos Sociais da Violência Contra as Mulheres*, SociNova - FCSH-UNL/CIDM, 2002.

Começando pela relação que têm com as vítimas, verifica-se que são sobretudo maridos/companheiros ou pessoas sem qualquer relação de parentesco ou profissional. Assim, os autores do acto mais importante do último ano são sobretudo os actuais e ex-maridos/companheiros (40,0%), seguidos dos que não têm qualquer relação (37,9%), da entidade patronal (9,8%), de familiares vários (7,7%) e dos pais (4,7%).

Quando passamos aos actos dos anos anteriores a percentagem dos maridos/companheiros ainda é mais significativa (52,4%), seguida dos que não têm qualquer relação (29,3) e dos pais que agora representam 9,5%. A entidade patronal é a menos referida (3%).

**Gráfico 2.6**  
**Género do autor do 1º acto dos últimos 12 meses**



Fonte: *Inquérito Nacional Custos Sociais da Violência Contra as Mulheres*, SociNova - FCSH-UNL/CIDM, 2002.

Quanto ao género dos autores do acto mais grave no último ano prevalece claramente o masculino, com 81,5% de casos. O peso dos autores homens é ainda mais acentuado nos actos dos anos anteriores (87,8%).

Porquê este peso tão elevado de homens entre os autores da violência contra as mulheres? Não se trata de uma particularidade desta investigação, mas de um resultado que surge na generalidade dos estudos desta natureza. Mesmo que este não seja o espaço adequado para elaborar teórica e empiricamente a resposta a esta questão, pensamos que o centro da discussão deve ser deslocado da esfera da diferença entre sexos para a da diferença de géneros. No primeiro caso, seríamos remetidos para as características biológicas de cada um dos sexos, o que nos parece manifestamente desadequado para compreender as condutas dos actores sociais. Pelo contrário, no segundo, ganham relevo os *papéis de género* socialmente esperados para cada um dos sexos e a *identidade de género* que desde os primeiros anos se começa a fixar na construção do *self* de cada um de nós (Hatty 2000; Archer & Lloyd 2002).

Mas, nesta perspectiva, e no que se refere à violência contra as mulheres, para uma compreensão do fenómeno haveria então



que interrogar quais os valores, as crenças e as normas sociais que em cada contexto criam um sistema de condutas esperadas para o sexo masculino, que a não serem satisfeitas são socialmente avaliadas negativamente (6). São disso exemplo as “lavagens de honra” com sangue, nos casos de adultério de mulheres, e uma variedade de outras condutas associadas a posturas autoritárias dos homens, que podem traduzir-se na legitimação social de certas agressões físicas e sexuais. Mas não se pense que tal ocorre só nas sociedades tradicionais. Nas sociedades modernas aumentou a consciência e a reflexividade sobre as desigualdades de género, mas isso, só por si, não eliminou a conflitualidade. No início, pode mesmo ter contribuído para aumentar as tensões (Beck 1992). Ora, muitos desses factores sociais, integrados na construção da identidade, são o resultado de uma sedimentação ao longo do tempo (Archer & Lloyd 2002), que é necessário conhecer para que sejam possíveis mudanças sustentáveis neste domínio, nem que seja nas gerações futuras.

Passando à análise de mais características sociais dos autores dos actos de violência, nota-se que predominam os que têm quarenta ou mais anos, que representam mais de 50% dos casos, valor que tende a reforçar-se nos actos praticados em anos anteriores.

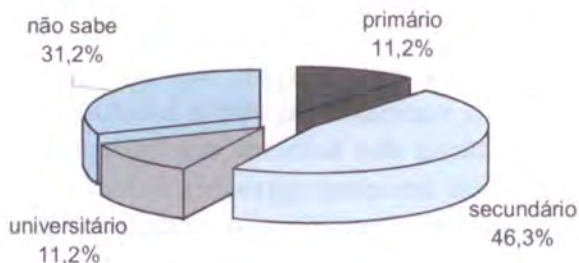
Por vezes generaliza-se a ideia ao nível do senso comum de que a violência contra as mulheres é mais frequente em autores com nível de instrução baixo. No que diz respeito às mulheres vítimas, tivemos oportunidade de mostrar em trabalho anterior que a violência é socialmente construída e diferenciada em função dos contextos sociais (Lourenço, Lisboa & Pais 1997).

---

6 A propósito dos factores sociais e simbólicos que podem estar associados a práticas autoritárias dos homens em relação às mulheres, ver ainda Vicente (2002) e Scott (2000).

**Gráfico 2.7**

**Nível de instrução do autor do 1º acto dos últimos 12 meses**



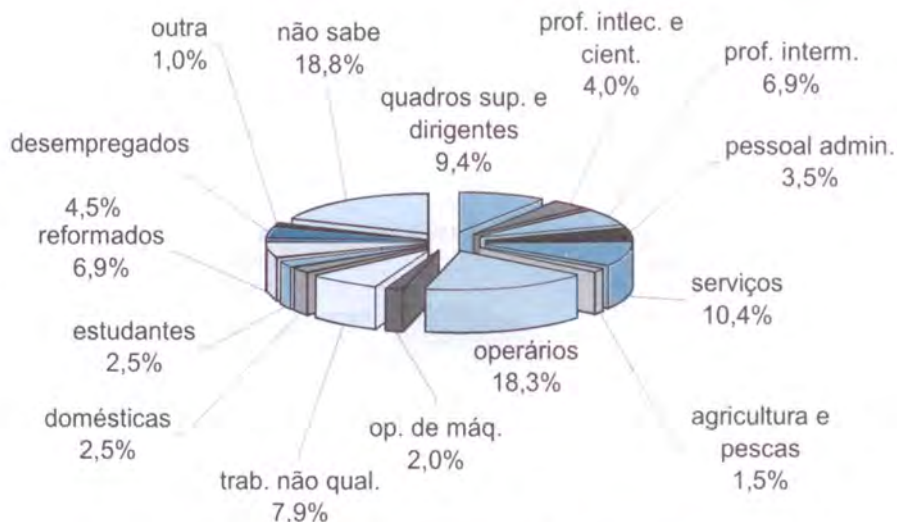
Fonte: *Inquérito Nacional Custos Sociais da Violência Contra as Mulheres*, SociNova - FCSH-UNL/CIDM, 2002.

Os resultados do gráfico, relativos aos autores dos actos mais importantes dos doze meses anteriores à administração do inquérito, mostram que não é correcta tal ideia de senso comum.

De facto, predominam os autores com instrução secundária e preparatória (46,3%) e os que têm o nível universitário igualam os do primário, com 11,2% de casos. Esta característica mantém-se em relação aos actos dos anos anteriores (49,7% com o secundário e preparatório), ainda que com um relativo reforço dos que têm a instrução primária (22,4%) face aos que frequentaram a universidade (6,2%), a reflectir certamente o desenvolvimento do sistema de ensino e o aumento da escolaridade da população portuguesa em geral.

Quando se centra a análise na actividade profissional dos autores dos actos de violência mais graves do último ano, verifica-se que predominam as actividades operárias (28,2%), logo seguidas dos quadros superiores, profissões liberais, intelectuais e científicas (13,4%) e dos trabalhadores dos serviços (10,4%).

**Gráfico 2.8**  
**Profissões dos autores do 1º acto dos últimos 12 meses**



Fonte: *Inquérito Nacional Custos Sociais da Violência Contra as Mulheres*, SociNova - FCSH-UNL/CIDM, 2002.

Os resultados da análise da profissão dos autores dos actos referidos para os anos anteriores são semelhantes na sua estrutura aos dos últimos doze meses, ainda que com o reforço das actividades operárias (35,7%) e dos reformados (agora com 8,2% de casos, contra 6,9% do anterior). Contudo, os quadros superiores, as profissões liberais, intelectuais e científicas continuam a surgir em segundo lugar (9,2%), reforçando assim a hipótese de que a violência contra as mulheres não é uma característica exclusiva dos meios sociais mais desfavorecidos.

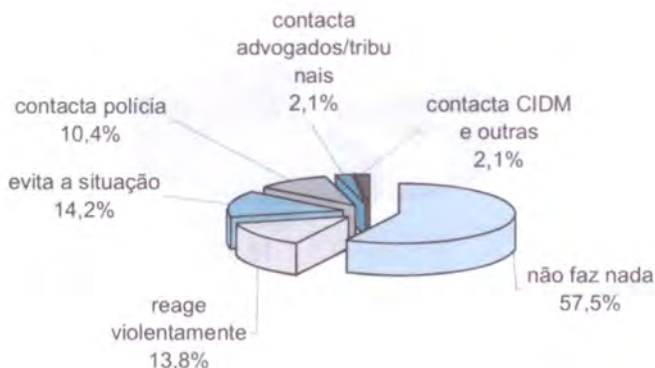
## 2.4 Reacção à agressão

No estudo já referido de Nelson Lourenço, Manuel Lisboa e Elza Pais (1997) conclui-se que a maioria das mulheres vítimas limita-se a uma reacção de tipo “passivo”, no sentido de “deixar



andar”. Coloca-se agora a questão de saber se passados cinco anos as reacções continuam a ser do mesmo tipo.

**Gráfico 2.9**  
**Reacção ao 1º acto dos últimos 12 meses**



Fonte: *Inquérito Nacional Custos Sociais da Violência Contra as Mulheres*, SociNova - FCSH-UNL/CIDM, 2002.

Os resultados relativos ao acto mais importante dos últimos doze meses mostram claramente que não houve alterações significativas quanto à reacção predominante. A maioria continua a ter uma reacção de tipo “passivo” (57,5%), 14,2% procuram evitar a situação, 13,8% reagem violentamente – “pagando na mesma moeda” – e 14,6% recorrem a instituições como a polícia, tribunais, CIDM e outras, predominando claramente as polícias entre as instituições contactadas (10,4%).

Relativamente ao estudo anterior, e ainda que a metodologia seguida seja diferente (o que limita a análise comparativa), nota-se agora uma percentagem maior de mulheres que têm uma reacção de tipo legal – polícias (10,4%), advogados e tribunais (2,1%) –, enquanto que no inquérito de 1995, para o mesmo período, esse situava-se próximo de 1%.

Como hipótese, muitas vezes confirmada verbalmente pelas mulheres, as razões apontadas para justificar esta relativa passividade são várias: dependência económica ou de outra natureza relativamente ao agressor, filhos pequenos, nas casadas receio do estigma social associado à mulher divorciada/separada, medo da reacção do agressor, ambivalência psicológica na relação com o agressor, ou, ainda como refere Bourdieu (1998), situações em que a estruturação das percepções é feita segundo o modelo que domina, pelo que uma possível acção de *conhecimento* das vítimas transforma-se em simples *reconhecimento* e reprodução da submissão. Não é igualmente de desprezar o contexto fechado que normalmente está associado ao espaço doméstico, onde ocorre a maioria dos actos, assim como alguma distância social e de género existente entre as vítimas e as instâncias legais e policiais a que podem recorrer.

Algumas vezes, a saída encontrada por estas mulheres vítimas de violência continuada ao longo de anos, que calam a sua reacção num aparente “deixar andar”, é o suicídio e/ou homicídio. Um dia já não conseguem aguentar mais! Noutras, é o desgaste lento com doenças físicas e psicológicas.

## **2.5 Características socioculturais das mulheres vítimas**

A origem da violência contra as mulheres não pode ser encontrada num único factor, mas varia em função dos actos praticados, do local onde estes ocorrem, das características dos agressores e da própria reacção das vítimas (Lourenço & Lisboa 1995).

De algum modo, poder-se-á dizer que a violência que afecta as mulheres é também socialmente construída, quer pelo contextos socioculturais mais próximos que lhe estão associados na esfera das interacções quotidianas da vida privada e social, quer pelos contextos das várias camadas da sociedade envolvente, que, pela estigmatização dos géneros e dos papéis sociais institucionalizados (ainda que temporal e espacialmente

desadequados), criam condições para que ela ocorra com diferente intensidade e frequência.

### 2.5.1 Actos de violência

Neste ponto procurar-se-á conhecer as características socioculturais que estão mais associadas à ocorrência de actos de violência (7). Ainda que recorrendo essencialmente a uma abordagem bivariada, o quadro social traçado a partir da análise da relação entre a percepção da violência com cada uma das características socioculturais das mulheres inquiridas dá-nos já um perfil dos vários segmentos que compõem os contextos sociais que estão subjacentes à sua prática e percepção (8).

Assim, comparando as características das vítimas com as das não vítimas pode observar-se que os actos de violência estão disseminados por todo o espaço nacional, ainda que de uma forma ligeiramente mais acentuada nos distritos de Viseu, Porto, Leiria, Lisboa e Coimbra. Igualmente, em relação à idade, por detrás de uma distribuição relativamente homogénea por todos os escalões etários, nota-se uma maior incidência nas mulheres com 25 – 34 anos – idade em que uma parte significativa inicia um ciclo de vida a dois, sob a forma de casamento ou de união de facto – e com mais idade (45 – 64 anos), muitas vezes, já no fim desse ciclo; valor este que vem confirmado pela maior incidência de vitimação quando as mulheres são divorciadas/separadas. Todavia, nos casos em que ainda vivem com os maridos e filhos, predominam as situações de trajectórias de violência que se prolongam desde anos anteriores até ao momento da realização do inquérito.

---

7 Através da utilização de testes de associação baseados no Qui2 e, para a análise da estrutura da relação entre variáveis, recorre-se a tabelas cruzadas com cálculos de percentagens e de valores observados e esperados.

8 Espera-se que a análise multivariada a realizar em publicação posterior possa permitir a construção de quadros teóricos e interpretativos mais alargados e integrados.



Recorrendo a variáveis de natureza socioeconómica, verifica-se que, apesar de a violência em geral poder ocorrer e ser percebida em todos os estratos sociais, ela está particularmente associada a contextos socialmente polarizados e diferenciados; ainda que, em ambos os casos, as mulheres estejam inseridas em redes de relações que favorecem a sua dependência, particularmente através da existência de filhos. De facto, num dos pólos, a probabilidade de serem vítimas aumenta quando têm níveis de instrução muito baixos, actividades profissionais pouco qualificadas, são desempregadas ou reformadas, têm rendimentos igualmente baixos e dependem economicamente do marido. No outro pólo, estão as que fazem parte de contextos com níveis de rendimento elevado e têm níveis médios de instrução.

À semelhança de resultados obtidos em trabalhos anteriores sobre a vitimação (Lourenço & Lisboa 1995), a análise dos vários tipos de violência em função das características socioculturais das mulheres mostra que a conduta ou, pelo menos, a percepção dos actos é socialmente diferenciada de acordo com cada tipo.

No caso do inquérito de 2002, que se tem estado a analisar, a violência física é referida sobretudo pelas mulheres mais velhas, divorciadas/separadas ou viúvas, que vivem sozinhas ou com os filhos/enteados, que têm níveis de instrução baixos, domésticas, reformadas, operárias ou com actividades profissionais pouco qualificadas, com rendimentos familiares baixos, economicamente dependentes dos maridos ou das reformas. Já a violência sexual, nesta investigação com uma frequência de percepções relativamente baixa quando comparada com o inquérito de 1995<sup>9</sup>), prevalece nas mulheres mais novas, solteiras, a viver com os pais ou outros familiares, estudantes e a trabalhar nos serviços,

---

9 Refira-se novamente que o inquérito de 2002 remete para a noção de violência enquanto percepção/representação, por parte da inquirida, de um acto como violento, o que, face a uma mentalidade colectiva que tende a representar a sexualidade como dimensão privada, carregada de valores e discursos implícitos e de tabus, pode condicionar os valores obtidos no sentido de uma menor frequência.

com ordenados próprios ou dependentes dos pais. Quanto à violência psicológica, ela tem uma particular incidência nas mulheres casadas, que vivem com os maridos/companheiros e filhos/enteados, domésticas, dependentes economicamente, mas também, em alguns casos, com ordenado próprio.

### 2.5.2 Locais de ocorrência

Vimos anteriormente que a casa surge como o local onde é mais frequente ocorrerem actos de violência, seguida a grande distância dos locais públicos e do local de trabalho. Todavia, quando se analisam os vários tipos de violência verifica-se que a probabilidade de ocorrência destes actos é diferente em função dos espaços. Assim, em casa nota-se uma particular incidência dos actos de violência física e psicológica, ao passo que no local de trabalho prevalece a discriminação sociocultural e nos espaços públicos a “violência/condicionamento social” e a sexual.

Procurando levar mais longe a interpretação dos resultados, e centrando-nos só na análise dos actos que se prolongam para os anos anteriores à realização do inquérito, nota-se ainda uma incidência acentuada de violência psicológica e “constrangimento social” no local de trabalho. Ou seja, como hipótese, estes dados podem revelar situações relativas ao contexto organizacional do espaço laboral, que têm vindo a ser estudadas pela Sociologia das Organizações, que marcam estratégias de alguns actores sociais no sentido de obterem pela via da disfunção do clima organizacional o que, por vezes, têm dificuldades de conseguir através da via jurídica.

E quais são as mulheres vítimas nos diferentes locais?

Em casa são sobretudo as mulheres casadas, mais velhas – quando os actos se reportam a anos anteriores –, que vivem com o marido, são viúvas ou se encontram divorciadas, têm níveis de instrução baixos, são domésticas, reformadas ou têm actividades profissionais pouco qualificadas, dependem economica-

mente do marido/companheiro ou da reforma e têm um nível de rendimento baixo.

No local de trabalho prevalecem tanto solteiras como casadas, dependendo do acto (casadas nos anos anteriores e solteiras para o 1º acto dos últimos doze meses), as que têm níveis de instrução médio ou superior, as trabalhadoras dos serviços com profissões intermédias e, em alguns casos, desempregadas (anos anteriores), com rendimento médio resultante de ordenado próprio ou do marido.

Nos espaços públicos, os perfis das vítimas são semelhantes aos dos assinalados para os locais de trabalho, ainda que haja uma maior probabilidade de se encontrarem mulheres solteiras, com níveis de instrução mais elevados, que vivem com os pais, estudantes ou com profissões liberais, dependentes economicamente dos pais ou com um nível de rendimento elevado. Neste espaço nota-se ainda que as mulheres reformadas são mais sensíveis ao que neste estudo temos vindo a designar por “violência/condicionamento social”, o que pode reflectir o sentimento de insegurança das camadas mais idosas da população, particularmente nos contextos urbanos.

### 2.5.3 Agressores e vítimas

Nem sempre é possível conhecer as características socioculturais dos autores da violência contra as mulheres. Nos casos em que esses dados são conhecidos, e quando a violência é perpetrada no espaço doméstico, verifica-se que, de um modo geral, elas seguem as das mulheres vítimas, numa lógica de uma certa conformidade social.

As mulheres com níveis de instrução mais elevados tendem a referir como agressores pessoas mais instruídas, o mesmo se passando para aquelas que têm níveis mais baixos; igualmente em relação à actividade profissional, as vítimas com actividades menos ou mais qualificadas apontam sobretudo agressores com



idênticas características. Tal processo de conformidade social tende a ser alterado no contexto de trabalho e dos espaços públicos, onde se encontram agressores que prefiguram um estrato social mais elevado do que o das vítimas, tanto pela via da instrução como da actividade profissional. Refira-se ainda que, apesar de prevalecerem as situações em que os autores são do género masculino, os casos em que tal não acontece (18,5% no acto mais importante dos últimos doze meses e 12,2% nos dos anos anteriores) reportam-se sobretudo a vítimas estudantes e que têm níveis de instrução intermédia.

É ainda de assinalar mais alguns aspectos que podem ajudar a compreender as dinâmicas sociais que estão subjacentes a tais práticas. Nomeadamente, os actos de violência física são mais referidos em contextos em que o agressor é o marido/companheiro, tem níveis de instrução baixos e actividades profissionais que prefigura estratos sociais igualmente baixos. Quanto à violência psicológica, ela alarga-se também de uma forma particular aos pais e autores femininos e, de um ponto de vista social, prefigura um quadro com autores de estratos sociais mais elevados. A discriminação sociocultural e a “violência/constrangimento social” são apontadas como mais frequentes em contextos em que existe não uma relação familiar entre o autor e a vítima.

#### 2.5.4 Reacção à violência e características socioculturais das vítimas

Face a um quadro geral em que predominam as situações de reacção de tipo passivo – “deixa andar” –, interessa conhecer as características socioculturais das mulheres em que tal é mais acentuado e, eventualmente, quais as das que se desviam dessa norma.

Tanto em relação ao acto mais importante dos últimos doze meses, como aos que ocorreram em anos anteriores, verifica-se que a maior passividade ocorre nas mulheres mais idosas,

viúvas ou ainda casadas, neste caso que vivem com o marido e filhos, com níveis de instrução baixos (primário e preparatório), são domésticas e dependem economicamente do ordenado do marido ou da reforma. Como hipótese, é de admitir que este quadro social de dependência dificulte uma reacção mais activa e explícita, já que, muitas vezes, ela se encontra estigmatizada, tanto no contexto social mais próximo da família como no envolvente, opondo à acção um rótulo de “perdedora”, de “mulher que não soube suportar as dificuldades do casamento”, o que em termos de avaliação social penaliza a sua imagem. Acresce que a situação de dependência económica, a falta de alternativas profissionais e o receio de retaliações por parte do autor dos actos de violência podem igualmente ajudar a inibir a reacção da vítima, particularmente quando tem filhos a seu cargo.

Todavia, só por si, o facto de ter filhos não parece ser um factor determinante na não reacção, pois as que reagem violentamente “pagando na mesma moeda” também vivem com os filhos; há mesmo situações em que a existência de filhos é determinante para vencer uma certa inércia e serve de elemento justificador da acção. O que os dados revelam é que, apesar de aquele factor poder estar presente, o que parece determinar a não reacção é o quadro geral de produção e reprodução da dependência ao nível económico, social e cultural. De facto, a reacção mais determinada começa por surgir em mulheres mais novas, mais instruídas, economicamente mais autónomas e com actividades profissionais mais prestigiadas.

A importância do campo sociocultural onde se movem as vítimas e das relações que aí estabelecem é bem evidente quando passamos para um contexto positivamente diferenciado. Agora as que recorrem aos tribunais, às polícias e a instituições que as possam ajudar são sobretudo as mulheres menos dependentes por laços de casamento ou de uniões de facto (são solteiras e vivem sozinhas), tem níveis de instrução elevados (universitário) e dependem só do seu ordenado.

Refira-se que há ainda um número considerável de mulheres vítimas que reage aos actos procurando evitar as situações que favorecem a violência (14,2% em relação ao acto mais importante dos últimos doze meses e 16,9% nos anos anteriores). Estas mulheres apresentam dois perfis sociais com características diferentes: solteiras, estudantes e instrução universitária; da faixa dos 45 aos 54 anos, casadas – a viverem com os maridos e os filhos –, com um nível de instrução secundário e universitário e com profissões intermédias e intelectuais. Apesar de diferenciados pela idade e pelo estado civil, os dois perfis têm em comum um elevado capital cultural que, como hipótese, poderá explicar as estratégias de contorno das situações difíceis, evitando-as, ou, no limite, significar que em alguns casos as inquiridas procuram iludir a resposta ao inquérito.



### Capítulo 3

## CUSTOS SOCIAIS: FAMÍLIA, AMIGOS E ACTIVIDADE PROFISSIONAL

Manuel Lisboa

Ao analisar os custos sociais da violência contra as mulheres deverá ter-se em consideração três aspectos fundamentais: o dos indicadores que permitem a sua observação; o da escala de observação a utilizar, que está intimamente relacionada com a natureza dos indicadores; e o da contingência espaço-temporal que produz socialmente o custo, que ao valorizar determinados aspectos em detrimento de outros, lhe confere um reconhecimento social que permite ao cientista representá-lo para a investigação e assim poder observá-lo (Scott 2000).

Há custos sociais que se expressam de um ponto de vista económico de modo a poderem ser quantificados, ainda que geralmente de difícil avaliação quando procuram integrar a intensidade e a duração da violência (Jacobsen 1999); há outros que não. Há custos que, mesmo não sendo de natureza económica, podem ser quantificados; há outros que são essencialmente qualitativos. Nesta brochura utilizar-se-ão fundamentalmente os qualitativos e alguns quantitativos medidos em escalas não económicas. Os restantes ficam para publicação posterior, com a apresentação dos resultados completos do estudo. É certo que uma parte substancial daqueles custos são mais facilmente observáveis numa escala micro; todavia, alguns, apesar de qualitativos, possibilitam uma abordagem macrosociológica que ensaiaremos em seguida.

Serão utilizados indicadores relativamente abrangentes, que dão conta das principais dimensões estruturadoras da vida em sociedade das mulheres portuguesas com mais de dezoito anos, na actualidade, tanto nas zonas rurais, como nas urbanas. Certamente, que se a análise se centrasse em determinados segmentos sociais poder-se-iam escolher indicadores mais específicos – contextos de migração, de actividade marginais como a prostituição, de estratos sociais e actividades profissionais específicas. Tal não é o objectivo desta fase do estudo, pelo que os resultados ganharão na compreensão dos aspectos globais e serão mais pobres no detalhe das particularidades.

Assim, opta-se por duas dimensões da vida social das mulheres: a da estruturação dos afectos, nos espaços da casa-família e dos amigos, e a da actividade profissional. Em seguida far-se-á uma análise dos resultados obtidos para indicadores relativos a cada um destes aspectos.

### **3.1 Contexto da família e dos amigos**

Em vários estudos sociológicos relacionados com a violência, verifica-se que um dos espaços sociais mais afectados por esta são os núcleos afectivamente mais próximos das vítimas, como sejam o da família e dos amigos. É certo que, como vimos anteriormente em relação à violência contra as mulheres (e outras investigações têm mostrado o mesmo em relação às crianças), o espaço da família é frequentemente aquele onde tais actos são mais perpetrados. Este contexto social e psico-afectivo, em que a relação dos actores sociais é intensa, surge assim no centro da discussão do problema da violência, tanto pela via das causas, como dos efeitos. Ou, tomando as palavras de Sharon Brehm (1992), talvez resida aí um dos paradoxos da nossa época, pois parece que quanto mais se investe nas relações íntimas maior é o nível de exigência e menos elas satisfazem.

Procurando analisar alguns desses aspectos, no âmbito desta pesquisa consideraram-se os seguintes indicadores de custos sociais: a separação forçada de pessoa importante nos doze meses anteriores à realização do inquérito (familiar ou amigo), bem como os custos económicos que daí possam ter resultado, doença de filhos e gastos económicos correspondentes e outras consequências negativas da violência para amigos ou familiares, também para o mesmo período.

Numa primeira abordagem do problema a partir da percepção das mulheres inquiridas, cerca de metade das vítimas estabelece uma relação de causalidade entre a violência e os efeitos negativos junto da família e dos amigos (47,3%). Sem dúvida que os membros da família se destacam com 40,2% de casos, sendo na sua maioria filhos (58,8%).

**Tabela 3.1 — Separação forçada de pessoa importante**

			actos de violência nos últimos 12 meses		
			sim	não	Total
separação forçada pessoa importante	sim	N	66	116	182
		VE	29,2	152,8	182,0
		% coluna	27,4%	9,2%	12,1%
	não	N	175	1145	1320
		VE	211,8	1108,2	1320,0
		% coluna	72,6%	90,8%	87,9%
Total		N	241	1261	1502
		VE	241,0	1261,0	1502,0
		% coluna	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: *Inquérito Nacional Custos Sociais da Violência Contra as Mulheres*, SociNova - FCSH-UNL/CIDM, 2002.

Começando a análise dos indicadores relativos a este ponto, verifica-se que só 12,1% das mulheres revelam uma separação



forçada nos últimos doze meses, sendo que a maioria dá-se em relação a membros da família (74,6%). Todavia, quando se procura estabelecer uma relação entre a vitimação nos últimos doze meses e a separação forçada de familiares ou amigos no mesmo período verifica-se que há uma clara associação entre ambas (N=66 e VE=29,2).

Essa maior incidência estatística na célula em que simultaneamente se verificam os dois fenómenos assume uma relevância tal, que se traduz numa maior probabilidade de ocorrência de separação quando a mulher sofre violência. De facto, ao comparar a possibilidade de haver separação forçada nas vítimas e não vítimas, verifica-se que a probabilidade de tal ocorrer no primeiro conjunto é cerca de três vezes superior ao do segundo (27,4% e 9,2%).

Ainda que com um valor mais modesto, a probabilidade de maior ocorrência de separação em situações de violência verifica-se também nos actos cometidos em anos anteriores.

De um ponto de vista dos custos, e mesmo considerando que o indicador analisado traduz essencialmente uma dimensão qualitativa dificilmente quantificável economicamente, é de admitir a hipótese que a violência contra as mulheres possa contribuir de uma forma significativa para a desarticulação das redes sociais que lhe estão mais próximas, o que, certamente, a curto ou médio prazo poderá encontrar expressão noutros custos sociais e psicológicos (Walker 1993).

Outra questão a colocar consiste em saber se a probabilidade de haver separações de pessoas importantes para as mulheres é igual em todo o tipo de violência.

A análise dos resultados revela que há diferenças entre os vários tipos de violência, ainda que não assumam a dimensão referida anteriormente. A “violência social” surge aqui como aquela que mais pode estar associada à anomia das relações sociais das mulheres, mas nunca assume uma probabilidade de ocorrência dupla de qualquer dos outros tipos de violência.

Por vezes, os elementos mais afectados com a violência contra as mulheres são os filhos: directamente, quando são alvo da agressão do mesmo autor ou assistem à agressão; indirectamente, quando são socializados num clima afectivo perturbado e quando se encontram no fim de uma cadeia hierárquica de poderes em que, em última instância, acabam por ser as maiores vítimas da violência (Lisboa, Barroso & Marteleira 2003; Barroso 2000; Almeida, André & Almeida 1999).

Os resultados obtidos mostram que cerca de um quinto das mulheres que responderam tiveram filhos doentes durante os doze meses anteriores à realização do inquérito (21,2%). Igualmente se nota que a probabilidade de isso acontecer com as vítimas é 50% maior do que com as não vítimas, o que confirma a hipótese formulada anteriormente. Aliás, numa parte significativa dos casos são as próprias mulheres vítimas a estabelecer esse nexo de causalidade.

**Tabela 3.2 — Existência de filhos doentes**

		actos de violência nos últimos 12 meses		Total	
		sim	não		
filhos doentes nos últimos 12 meses	sim	N	55	161	216
		VE	32,9	183,1	216,0
		% coluna	35,5%	18,7%	21,2%
não		N	100	701	801
		VE	122,1	678,9	801,0
		% coluna	64,5%	81,3%	78,8%
Total		N	155	862	1017
		VE	155,0	862,0	1017,0
		% coluna	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: *Inquérito Nacional Custos Sociais da Violência Contra as Mulheres*. SociNova - FCSH-UNL/CIDM, 2002.

Mas, a probabilidade de ter filhos doentes aumenta ainda mais, para cerca do dobro, quando se analisam só os actos de violência

que ocorreram nos últimos doze meses (35,5% e 18,7%); o que é compreensível, já que a proximidade temporal da doença permitirá também que mais facilmente ela seja lembrada.

Quando se procura analisar se os vários tipos de violência afectam igualmente o ambiente familiar e dos amigos, nota-se que não há nenhum tipo que se destaque com uma relevância igual à dos indicadores que se têm estado a descrever. Todavia, os resultados obtidos indicam que os contextos que podem estar mais relacionados com esse mau clima são aqueles onde há uma combinação de vários tipos de violência, ou onde prevalece a violência física e a violência/constrangimento social.

### **3.2 Contexto da actividade profissional**

Na sociedade portuguesa, a simples condição de mulher tem sido, só por si, um factor de discriminação social relativamente ao homem no contexto da actividade profissional (Lourenço, Lisboa & Pais 1997). É certo que alguns estudos mais recentes dão conta de melhorias a esse nível, mas mostram igualmente que os papéis no seio da família pouco se alteraram (England 1997; Poeschl 2000) e que mesmo em relação ao mercado de trabalho e à actividade sindical muito há a fazer (Ferreira 2002a e 2002b).

Além deste custo social inerente ao género, sempre difícil de avaliar em toda a sua extensão e diversidade, admitimos como hipótese que as mulheres vítimas podem ter outros custos adicionais. De facto, os vários trabalhos realizados neste domínio em países como a Suíça e a Finlândia apontam nesse sentido (Gillioz, Puy & Ducret 1997; Piispa & Heiskanen 2001).

Nesta investigação procura-se igualmente analisar os custos profissionais resultantes da violência. Mesmo ao nível mais global das percepções, 15,2% das mulheres vítimas afirma claramente que a violência que sofreram tem, ou teve, manifestas consequências para a sua vida profissional futura.



Todavia, pretendeu-se aprofundar a análise com indicadores que pudessem ser objecto de cálculo e comparação estatística para além da opinião das mulheres sobre qualquer nexo de causalidade. Assim, consideraram-se os seguintes indicadores: dificuldade em arranjar emprego, dificuldade em ser promovida e despedimento.

**Tabela 3.3 — Dificuldades em arranjar emprego**

		actos de violência nos últimos 12 meses			
		sim	não	Total	
teve ou tem tido dificuldades em arranjar emprego	sim	N	57	177	234
		VE	37,6	196,4	234,0
		% coluna	23,7%	14,0%	15,6%
	não	N	184	1083	1267
		VE	203,4	1063,6	1267,0
		% coluna	76,3%	86,0%	84,4%
Total	N	241	1260	1501	
	VE	241,0	1260,0	1501,0	
	% coluna	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: *Inquérito Nacional Custos Sociais da Violência Contra as Mulheres*, SociNova - FCSH-UNL/CIDM, 2002.

A tabela anterior procura relacionar a dificuldade de arranjar emprego com a vitimação. Os resultados mostram que só 15,6% das inquiridas referem ter tido dificuldades. Destas, 66,2% dizem respeito a casos em que tal aconteceu mais de uma vez, mas só uma pequena percentagem (9%) admite haver uma relação de causalidade com a violência. Todavia, quando se analisam as situações de vitimação nos últimos doze meses verifica-se que nas vítimas há uma probabilidade dupla de tal acontecer face às não vítimas.

A análise dos anos anteriores confirma as conclusões já obtidas, validando assim a hipótese de que as mulheres vítimas de

violência têm uma maior probabilidade em ter dificuldades de arranjar emprego.

Depois de inseridas no mercado de trabalho e quando trabalham por conta de outrem, só uma percentagem reduzida diz que teve dificuldades em ser promovida (4,7%). Todavia, tal não invalida que se possa concluir que a probabilidade de isso acontecer entre as vítimas é cerca do dobro das não vítimas. Aliás, ao analisar separadamente os últimos doze meses e os anos anteriores pode verificar-se a mesma tendência, no sentido da probabilidade de ocorrência do fenómeno aumentar nas mulheres vítimas.

**Tabela 3.4 — Dificuldades de promoção no trabalho**

		vitimação total		Total	
		vítima	não vítima		
dificuldades em ser promovida no trabalho	sim	N	24	31	55
		VE	17,0	38,0	55,0
		% coluna	6,6%	3,8%	4,7%
	não	N	339	778	1117
		VE	346,0	771,0	1117,0
		% coluna	93,4%	96,2%	95,3%
Total	N	363	809	1172	
	VE	363,0	809,0	1172,0	
	% coluna	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: *Inquérito Nacional Custos Sociais da Violência Contra as Mulheres*, SociNova - FCSH-UNL/CIDM, 2002.

Finalmente, para aquelas que estão ou já estiveram inseridas no mercado de trabalho, um dos custos maiores em termos profissionais é o despedimento. Neste estudo, o peso das mulheres que diz tê-lo sido é de 11,1%.

**Tabela 3.5 – Despedimentos**

			vitimação total		Total
			vítima	não vítima	
despedida do trabalho	sim	N	63	67	130
		VE	40,5	89,5	130,0
		% coluna	17,2%	8,3%	11,1%
	não	N	303	743	1046
		VE	325,5	720,5	1046,0
		% coluna	82,8%	91,7%	88,9%
Total	N	366	810	1176	
	VE	366,0	810,0	1176,0	
	% coluna	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Inquérito Nacional Custos Sociais da Violência Contra as Mulheres, SociNova - FCSH-UNL/CIDM, 2002.

Contudo, a probabilidade de isso acontecer é significativamente mais elevada nas vítimas (17,2% e 8,3%). Valores semelhantes são obtidos em relação aos actos que ocorrem só nos últimos doze meses ou em anos anteriores, o que mostra a persistência do fenómeno ao longo do tempo. Estes resultados estatísticos são também corroborados pela percepção das mulheres vítimas: cerca de um quarto estabelece claramente uma relação de causalidade entre a vitimação e despedimento.

Viu-se anteriormente que numa parte significativa de indicadores – ao nível da família, amigos e trabalho – as mulheres vítimas têm custos acrescidos em relação às não vítimas. A questão que se pode pôr agora é a de saber se isso é igual em todos os tipos de violência ou se há diferenças.

Nem sempre os valores absolutos das tabelas resultantes do cruzamento dos custos com o tipo de violência permitem conclusões estatísticas muito detalhadas. Ainda assim, e nos casos em que tal é possível, podem retirar-se algumas conclusões importantes.



As situações em que as mulheres são vítimas de vários tipos de actos de violência tendem a estar mais associadas com os custos ao nível da família, em particular com os filhos. O mesmo se passa com a violência física, apesar de esta não revelar uma associação muito significativa com a possibilidade dos filhos estarem doentes.

Já em relação aos custos que se prendem com a actividade profissional, verifica-se uma maior associação com as situações em que há vários tipos de violência, normalmente resultante da junção da física e da psicológica, mas também quando esta assume uma dimensão da discriminação sociocultural.

Com a análise estatística dos custos sociais ao nível da família/amigos e da actividade profissional, resultantes da violência contra as mulheres, concluiu-se já, ainda que em diferentes níveis, que as vítimas têm uma maior probabilidade de serem penalizadas com custos adicionais. A abordagem micro, através de entrevistas em profundidade a casos-tipo, e a quantificação económica dos custos permitirão completar a análise já efectuada, de modo a compreender melhor os mecanismos sociais e culturais que estão subjacentes às práticas e às suas consequências. Tere-mos oportunidade de o fazer em publicação futura.

## Capítulo 4

### CUSTOS COM A SAÚDE FÍSICA

Isabel do Carmo

A elaboração de um módulo sobre os custos com a saúde física, resultantes dos actos de violência de que as mulheres foram vítimas, teve como objectivo a sua avaliação quantitativa e, sendo esta difícil de observar, a qualitativa. Assim, em primeiro lugar, escolheram-se os indicadores que pudessem traduzir esses custos. Nomeadamente, a utilização dos serviços dos hospitais, dos centros de saúde e dos médicos privados.

À semelhança do que tem sido realizado em estudos em outros países, as dimensões mais facilmente quantificáveis dizem respeito sobretudo ao número de vezes que as vítimas recorrem aos referidos serviços de saúde, bem como os custos económicos relativos ao pagamento de médicos, de internamentos, de análises e outros meios complementares de diagnóstico, de medicamentos e de outros serviços de saúde. Igualmente se analisaram as situações em que os actos de violência provocaram a incapacidade parcial ou total da mulher vítima.

Procurou-se completar a análise estatística resultante da comparação das vítimas com as não vítimas – no sentido de avaliar em qual há maior probabilidade de ocorrerem determinados custos – com a relação causal directa estabelecida pelas próprias mulheres vítimas. Ainda assim, a análise dos resultados

obtidos e a sua interpretação face aos objectivos do estudo são, naturalmente, condicionadas pelo volume e tipo de informação revelada pelas mulheres inquiridas.

Na apresentação dos resultados dos quatro tipos de custos procura-se utilizar uma estrutura semelhante, de modo a ser possível uma visão comparativa de conjunto. Todavia, atendendo à especificidade deste módulo e ao tipo de respostas dadas pelas mulheres, por vezes, torna-se necessário explorar analiticamente outras vertentes, como a seguir se fará.

#### **4.1 Vitimação e recurso aos serviços de saúde**

É interessante assinalar que, na população inquirida há uma alta taxa (93,4%) que diz já ter ido aos hospitais, o que mostra que as mulheres adultas recorrem habitualmente a estes serviços, possivelmente mais do que aos Centros de Saúde. No que diz respeito aos Centros de Saúde, e mesmo não sendo possível comparar com o valor anterior (por se referir só ao período de doze meses que antecedeu a realização do inquérito), a percentagem de mulheres que recorre uma ou mais vezes situa-se em 77%. Sem dúvida, um valor manifestamente mais elevado do que o das que dizem ter recorrido aos médicos privados em igual período (47,3%).

A questão que se coloca em seguida consiste em saber se o recurso a estes serviços de saúde está relacionado com os actos de que as mulheres são vítimas. De um ponto de vista estatístico, verifica-se que a probabilidade das vítimas recorrerem a qualquer deles é muito semelhante à das não vítimas; não sendo, por isso, possível estabelecer uma relação de associação estatística marcante entre os dois fenómenos. Todavia, quando se pergunta directamente às mulheres se alguma das idas foi provocada por actos de violência, a resposta é afirmativa em alguns casos.



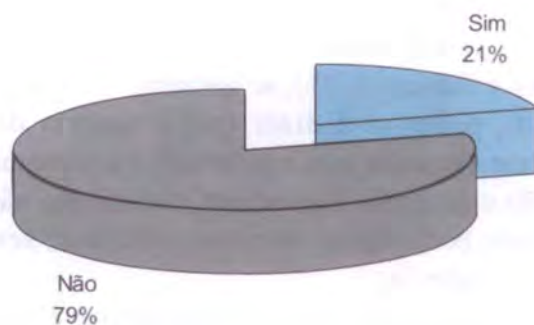
Face à dificuldade em estabelecer uma relação de tipo probabilístico mais global entre a vitimação e os custos ao nível da saúde física, que se traduzam em idas aos serviços de saúde (hospitais, Centros de Saúde e médicos privados), far-se-á em seguida uma análise detalhada do modo como as vítimas recorreram aos referidos serviços.

### *Recurso aos hospitais*

Começando pelos serviços hospitalares, observa-se que 6,6% de todas as idas aos hospitais das mulheres com dezoito ou mais anos inquiridas são provocadas por situações de violência de que dizem ter sido vítimas.

Trata-se de um valor sem dúvida considerável em termos de custos, atendendo à elevada frequência dos hospitais pelas mulheres adultas.

**Gráfico 4.1**  
**Vitimação e idas aos hospitais causadas pela violência**



Fonte: *Inquérito Nacional Custos Sociais da Violência Contra as Mulheres*, SociNova - FCSH-UNL/CIDM, 2002.

Por outro lado, quando nos centramos só nas mulheres vítimas, verifica-se que um pouco mais de um quinto (21%) diz fazê-lo em consequência da violência que sofreu. Perguntar-se-á porque é que quatro quintos não o faz. De facto, se elas maioritariamente conhecem e usam os hospitais, porque é que não o fizeram em situação de agressão? Por uma inibição sociocultural, também relacionada com a reacção preponderante, de tipo “passivo-deixa andar”, já referida na vitimação? Por razões de ordem psicológica, ou por qualquer tipo de inibição relacionada com o funcionamento dos hospitais? Ou, ainda, porque a seqüela física resultante da agressão não justifica uma ida ao hospital?

Quanto ao que é possível avaliar sobre a gravidade das consequências da violência sofrida, face à utilização hospitalar, verifica-se que 28,6% estiveram internadas mais de 24 h, sendo o tempo mais prevalente 2 dias. E do total das respondentes, 5 tiveram que ser operadas. A frequência mais prevalente é uma vez.

Se juntarmos estas conclusões à tipificação das lesões, poderemos verificar que a maioria pode agrupar-se em: equimoses/hematomas (22,5%) e equimoses/hematomas/feridas (11,2%), se agrupadas, ou equimoses (15,7%), fracturas (6,7%), hematomas (3,4%), e feridas (2,2%), se isoladas.

Portanto, poder-se-á dizer que a maioria da violência exercida tem sequelas que não levam a internamento nem a intervenção cirúrgica. Eventualmente, as que não recorrem aos hospitais poderão ter sequelas idênticas, sem irem aos serviços de urgência.

Assim, e sendo possível tipificar, poder-se-á dizer que o cenário mais frequente é o da violência que produz lesões ligeiras a moderadas, que não levam a internamento nem a intervenção cirúrgica. Estas circunstâncias não alteram em nada a gravidade do acto. Os “brandos costumes” e o “safanão dado a

tempo” prognosticado por Salazar levam a uma situação que “não mata mas mói”, causadora de tanto mal-estar como aquelas que deixam sequelas mais graves (Walker 1993).

Poder-se-á mesmo dizer que as agressões que deixam sequelas mais graves talvez constituam rupturas que levam à interrupção do processo, enquanto as outras correspondem a um contínuo de espancamentos, empurrões e de opressão que se prolonga ao longo do tempo, como o comprovam as trajetórias de vitimação já analisadas.

Há, no entanto, a referência a 6 fracturas e 3 abortos, que constituem actos de maior violência e gravidade de sequelas.

Deve também salientar-se que o ano de ocorrência mais referido é o de 2001, anterior ao da realização do inquérito, o que pode significar que alguns dos actos dos outros anos foram em parte esquecidos. O ser esquecido pode também revelar habituação. E, como se sabe, o esquecimento ao nível da consciência não implica apagamento do traumatismo psíquico e físico.

Quanto aos gastos dispendidos, o mais habitual é não haver referência a custos ou serem pequenos para a vítima, o que é compreensível dada a existência do Serviço Nacional de Saúde (SNS), tendencialmente gratuito para os utentes. O Serviço Nacional de Saúde depende do Orçamento Geral do Estado. Para se quantificar o custo ter-se-á que ver qual o custo para o SNS dos serviços prestados no atendimento, que ensaiaremos em publicação posterior.

É de destacar que nem todas as respondentes contaram ao médico que estavam a recorrer àquele serviço por motivo de violência (30% não contaram). Será de questionar até que ponto este resultado constitui uma deficiência do serviço, porque a doente não sente disponibilidade nem compreensão da parte do clínico, ou não acredita na sua confidencialidade.

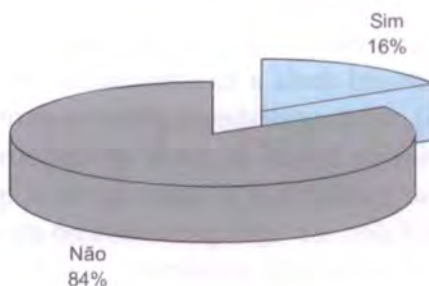


## Recurso aos Centros de Saúde

Em relação ao recurso aos Centros de Saúde (C.S.) nos últimos doze meses, verifica-se que estes são menos utilizados do que os hospitais para efeitos de atendimento por actos de violência.

Assim, só 16% das mulheres que sofreram actos de violência foram por esse motivo aos C.S., o que é bem diferente do valor referido anteriormente para os hospitais. Poder-se-á dizer que lesões do tipo das que são referidas – equimoses, etc, – poderiam ser tratadas e acolhidas no Centro de Saúde, de forma mais personalizada e menos traumatizante do que a entrada num grande hospital com os seus tempos de espera e de exposição.

**Gráfico 4.2**  
**Vitimação e idas ao Centro de Saúde causadas pela violência nos últimos 12 meses**



Fonte: *Inquérito Nacional Custos Sociais da Violência Contra as Mulheres*, SociNova - FCSH-UNL/CIDM, 2002.

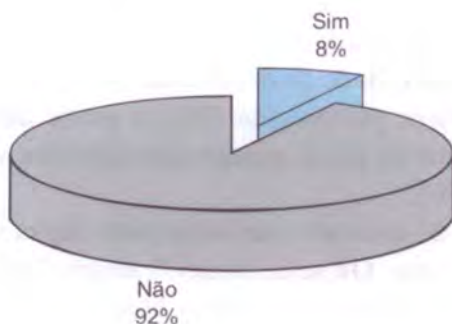
Por outro lado, o Centro de Saúde, por ter características de proximidade, levaria mais facilmente à identificação do acto de agressão e do agressor. Mas tal não se passa, ou passa-se menos.

Nesse sentido, os Centros de Saúde deveriam ser mais sensibilizados para a possibilidade de ocorrência de situações de violência contra as mulheres e da necessidade de as resolverem de forma expedita. Tanto mais que, sendo a violência doméstica um crime público, a denúncia do acontecimento pode vir a partir daí. Como também o direccionamento das mulheres em relação às casas – refúgio, que deveriam ter ligação com o Centro de Saúde.

#### *Recurso aos médicos privados*

Quanto a recurso a médicos privados nos últimos doze meses, a percentagem de prestação de serviços relacionados com actos de violência (8%) é ainda menor do que nos Centros de Saúde.

**Gráfico 4.3**  
**Vitimação e idas aos médicos privados causadas pela violência nos últimos 12 meses**



Fonte: *Inquérito Nacional Custos Sociais da Violência Contra as Mulheres*, SociNova - FCSH-UNL/CIDM, 2002.

Nota-se igualmente que quase não há recurso a esses médicos quando as sequelas são graves; só ocorreu no caso de 2 violações. Tem que se referir que o recurso a médicos privados é dispendioso e exclui em princípio o uso de meios auxiliares de diagnóstico gratuitos ou semi-gratuitos quando requeridos no S.N.S.

#### **4.2 Recurso aos serviços de saúde segundo o tipo e a frequência da violência**

Globalmente, a probabilidade de as mulheres vítimas recorrerem aos hospitais é semelhante à das não vítimas. Todavia, quando se analisa o recurso habitual aos serviços hospitalares, verifica-se que a população que sofre actos de violência psicológica é a menos frequentadora destes serviços. Poder-se-á formular a hipótese que as mulheres que sofrem actos de violência psicológica estão mais inibidas em lidar com a burocracia e o desgaste próprio neste tipo de organizações.

Pelo contrário, as que dizem ter sofrido de violência física são as que recorrem mais aos hospitais. Tal é particularmente acentuado nos casos em que as mulheres dizem que o recurso àquele serviço se ficou a dever aos actos de violência física, com uma probabilidade de ocorrência (35%) quádrupla em relação à violência psicológica (8%) e quase dupla da sexual (19%); o mesmo se passa quando são referidos vários tipos de violência (36%).

É também de assinalar que uma parte dessa violência vem de anos anteriores. Ou seja, há um “calvário” de idas sucessivas aos serviços de urgência dos hospitais por parte destas mulheres.

Relativamente ao recurso habitual aos Centros de Saúde nos últimos doze meses, quando se comparam as vítimas com as não vítimas que os frequentam, verifica-se que há uma ligeira maior probabilidade de isso ocorrer com as vítimas.



Quando se analisa a relação entre os vários tipos de violência do acto mais importante para as mulheres e as idas aos Centros de Saúde não se notam diferenças significativas entre eles, ainda que haja uma ligeira maior incidência nos casos de violência psicológica e violência/constrangimento social.

Quanto ao recurso a médicos privados, há uma menor probabilidade de as vítimas recorrerem a estes serviços, quando comparada com a das não vítimas, o que é compreensível, provavelmente, pelas suas condições económico-sociais.

É ainda de referir que, quando se analisa o recurso aos médicos privados nos últimos doze meses em função do tipo de violência, se nota claramente que há uma particular incidência em relação à violência psicológica e à violência sexual. Como hipótese, é de admitir que alguns factores socioculturais inibidores em relação a estes tipos de actos possam condicionar as mulheres vítimas no sentido de uma menor exposição pública em locais como os hospitais e os centros de saúde e da procura de espaços que elas representam como sendo mais privados.

### **4.3 Incapacidades**

As incapacidades, particularmente as físicas, são custos relativamente fáceis de medir e de quantificar economicamente segundo padrões já estabelecidos por várias organizações.

Neste trabalho, do total das mulheres que sofreram violências, 4,6% ficaram com incapacidades, sendo 1,1% de incapacidade parcial. Os restantes casos correspondem sobretudo a “trabalhos pesados”, seguidos de “todo e qualquer trabalho” e de “trabalhos médios”. É ainda de salientar as sequelas que podem não incapacitar para o trabalho, mas que levam a que as mulheres fiquem “diminuídas” – por exemplo, queimaduras no peito.

Esta primeira análise dos custos com a saúde física, resultantes da violência contra as mulheres, permite desde já identificar como prevalecente um tipo de sequela que se caracteriza não

tanto pela gravidade imediata, mas sim por ter um efeito cumulativo ao longo do tempo, que pode ter consequências gravosas tanto ao nível da saúde física como da psicológica. De facto, os casos de maior gravidade são escassos de um ponto de vista estatístico. Todavia, como se avisa na introdução, isso obriga a estar atento ao “sussurrar dos números”, aos pequenos valores, que, quando articulados entre si, permitem identificar percursos e formular novas hipóteses.

## Capítulo 5

### CUSTOS COM A SAÚDE PSICOLÓGICA

Luísa Branco Vicente

#### **5.1 A vítima de frente: o social e a saúde psicológica**

O século XX permitiu o avanço dos direitos das mulheres, mas não reduziu tanto quanto o desejável a violência de que elas são vítimas.

Como se viu anteriormente, e na sequência de outros estudos sobre Portugal (Lourenço, Lisboa & Pais 1997; Lisboa, Barroso & Marteleira 2003), ela expressa-se de várias formas, atinge diferentemente todos os estratos sociais, tem vários tipos de autores, ainda que com predominância de homens, ocorre em todos os espaços, também com maior incidência na casa/família, e suscita reacções diferentes das próprias vítimas e dos poderes públicos.

Considerado um dos grandes desafios na área dos direitos humanos, este é também um problema de saúde pública: o Banco Mundial estima que nos países industrializados a agressão sexual e a violência roubem às mulheres de 15 a 34 anos de idade quase um ano por cada cinco de vida saudável que têm pela frente, veio reconhecer que as violências contra as mulheres são uma causa de óbito e de incapacidade nas mulheres em idade de procriação tão importante quanto o cancro, além de um factor de depreciação sanitária mais poderoso do que a soma dos acidentes rodoviários e da malária.



Paradoxalmente, quaisquer que sejam as circunstâncias e as modalidades da violência sofrida, as mulheres sentem vergonha e constrangimento. Vergonha pela violação da sua intimidade, e constrangimento em revelarem a familiares, amigos e outros o que se passou. As consequências psicológicas podem ser várias e provavelmente carecem ainda de definitiva identificação. A invasão da intimidade sexual, em particular, pode desestruturar a organização psíquica da vítima, com perda de auto-estima, depressão, tentativas de suicídio, angústias, psicoses, pavor de relações sexuais, etc.

Nos últimos anos, mesmo em Portugal, alguns passos foram dados no sentido da protecção da vítima, permitindo-lhe a formulação de uma queixa judiciária, com garantia de que não se expõe a humilhações e represálias. Este facto deve ser particularmente saudado pela comunidade de técnicos de Psicologia e de Psiquiatria, como um progresso no sentido de as mulheres vítimas conseguirem exprimir e lidar com a vergonha e o constrangimento acima aludidos.

O presente estudo, apropriadamente multidisciplinar, consiste num instrumento de trabalho e reflexão também para quem exerce terapia clínica. As respostas de 445 mulheres autoconsideradas vítimas de actos de violência ajudam a perspectivar no curto, médio e médio-longo prazo, as sequelas da violência física, da violência psicológica, da violência sexual, da discriminação sociocultural e da violência sexual, além de uma forma conjugada de vários tipos de violência. Uma bateria de indicadores, sob a forma de questionário, permitiu-nos obter um primeiro esboço de um retrato em movimento acerca da incidência dos actos violentos sobre a estrutura psicológica das mulheres vítimas.

A expressão “retrato em movimento” exprime a complexidade e diacronia dos tipos de efeitos causados pela violência sobre as mulheres, além da consciência da necessidade de outros estudos complementares que ajudem a deslindar os mecanismos e

processos que têm urdido estas teias. Para já, uma imagem nova sobre um tema antigo, que ajuda a compreender os custos psicológicos da violência contra as mulheres em Portugal.

## 5.2 A vítima de perfil

Numa primeira abordagem sobre a opinião de todas as mulheres inquiridas em relação à sua saúde em geral, a maioria classifica-a como *razoável* (40,1%) e *boa* (39%). Pelo contrário, entre as mulheres vítimas a apreciação mais incidente é a de saúde *fraca*; conferindo-lhes uma probabilidade de ocorrência quase dupla quando comparadas com as não vítimas.

Quando se consideram todos os actos de que as mulheres dizem ter sido vítimas, a opinião de que a sua saúde é fraca é mais incidente entre as que foram alvo de violência física. Por outro lado, quando se analisam o ano da realização do inquérito e os anos anteriores, verifica-se que no primeiro caso a violência física ombreia com a violência/constrangimento social e no segundo há uma clara maior incidência da violência psicológica; o que mais uma vez remete para a importância deste último tipo de actos quando inseridos em trajectórias de violência de vários anos, como se viu anteriormente.

Mas passando mais directamente aos custos com a saúde psicológica, um dos indicadores mais fiáveis pode ser a ida a um psiquiatra ou psicólogo.

Cerca de um quinto das mulheres inquiridas já consultaram um psiquiatra e/ou psicólogo devido a perturbação emocional (21,4%), e a probabilidade de as mulheres vítimas recorrerem à consulta de psiquiatria e/ou psicologia por perturbação emocional é praticamente dupla das não vítimas (33,3% e 16,4%, respectivamente).

Esta constatação estatística é plenamente confirmada pelas respostas das mulheres, quando cerca de metade das vítimas que foram ao psiquiatra/psicólogo (49%) dizem expressamente que tal se ficou a dever aos actos de violência descritos anteriormente.

**Tabela 5.1 — Consultas no Psiquiatra e Psicólogo**

			vitimação total		Total
			vítima	não vítima	
consulta de psiquiatra e/ou psicólogo por perturbação emocional	sim	N	148	173	321
		VE	94,9	226,1	321,0
		% coluna	33,3%	16,4%	21,4%
	não	N	296	885	1181
		VE	349,1	831,9	1181,0
		% coluna	66,7%	83,6%	78,6%
Total	N	444	1058	1502	
	VE	444,0	1058,0	1502,0	
	% coluna	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Inquérito Nacional Custos Sociais da Violência Contra as Mulheres, SociNova - FCSH-UNL/CIDM, 2002.

Com efeito, os vários tipos de violência (43,1%) e a violência psicológica (36,0%) nos últimos tempos são as razões de perturbação emocional que mais mulheres levaram ao contacto com um psiquiatra e/ou um psicólogo. Assim sucedera a vítimas de um tipo de violência sofrido há menos de um ano. Todavia, a violência psicológica (39,2%) e a violência física (36,5%) são os motivos predominantes quando os actos de violência ocorreram há mais de um ano.

Vejam os em seguida alguns dos sintomas e doenças que podem ter levado as mulheres aos psiquiatras e psicólogos.

### 5.2.1 Vitimização e estado emocional

Começamos pelos indicadores – sintomas e doenças – que podem dar conta de custos ao nível da saúde psicológica.

Em relação à ansiedade, verifica-se que, perante um quadro geral em que a maioria das mulheres inquiridas diz sentir-se ansiosa há *algum tempo* (35,7%), *bastante tempo* (16,6%), *a maior parte do tempo* (14,6%), ou *sempre* (9,5%) e que só 5,7% diz *nunca* ter-se sentido ou *poucas vezes* (17,8%), a maior incidên-



cia de ansiedade ocorre entre as vítimas. Os valores são de tal forma expressivos que, quando comparados com os das não vítimas, a probabilidade de as vítimas terem estado sempre ansiosas ou a maior parte do tempo é dupla. Tal ocorrência verifica-se tanto nos casos dos actos mais importantes praticados nos últimos doze meses, como nos dos anos anteriores.

A ansiedade sentida durante a maior parte do tempo é, contudo, mais manifestada por mulheres vítimas de violência física tanto no acto mais importante dos últimos doze meses, como nos dos anos anteriores.

Uma situação semelhante verifica-se em relação ao facto de as mulheres se sentirem “com muita energia”. Agora as vítimas têm maior incidência entre as mulheres que *nunca* ou *pouco tempo* se sentem com muita energia.

Relativamente ao indicador sentirem-se “felizes”, os resultados ainda são mais marcantes em termos de custos psicológicos. Também perante um quadro geral em que a maioria das mulheres inquiridas diz sentir-se feliz nos últimos meses a *maior parte do tempo* (24,2%), *bastante tempo* (21,4%) e *sempre* (13,8%), é entre as vítimas que há as situações de maior incidência *nunca feliz* ou *pouco tempo*. Os valores são de tal modo significativos que a probabilidade de uma vítima nunca se ter sentido feliz é de cerca de seis vezes superior à de uma não vítima; no caso do pouco tempo a relação é de três vezes. Quando se passa à análise dos actos, verifica-se que é nas situações de violência física e de vários tipos de violência que há uma maior incidência de mulheres a dizerem-se infelizes.

Situação semelhante encontra-se no indicador “calma e tranquila”, ainda que agora a probabilidade de ocorrência entre as vítimas é de cerca do dobro de entre as não vítimas. Também em relação aos tipos de violência, as situações *nunca* e *pouco tempo* são mais incidentes na violência física e na violência psicológica.

Continuando a análise dos custos psicológicos com este tipo de indicadores, verifica-se que, ainda que em menor grau, a probabilidade

de encontrar mulheres que dizem sentir-se “cansadas” a *maior parte do tempo* ou *sempre* entre as vítimas de violência é maior do que entre as não vítimas. Quanto aos actos de maior incidência, prevalecem os de violência psicológica, violência física e vários tipos de violência.

O sentir-se “agressiva” e “irritável” sempre ou a maior parte do tempo pode ser um sintoma de problemas ao nível da saúde psicológica. No conjunto das mulheres inquiridas, são relativamente reduzidas as que dizem ter estes tipos de sentimentos (2% nas primeiras e 4,5% nas segundas). Ainda assim, nota-se que a probabilidade de tal ocorrer entre as vítimas é mais elevada do que nas não vítimas.

Relativamente ao sentir-se “triste e em baixo” os resultados apontam no mesmo sentido; ainda que agora a percentagem das inquiridas que manifesta este sentimento *sempre* ou a *maior parte do tempo* seja ligeiramente superior (12,6%). É também de assinalar que a probabilidade de as vítimas revelarem *sempre* este sentimento é sete vezes superior à das não vítimas. As violências física e psicológica revelam ser as mais incidentes nestas situações.

Os indicadores analisados dão já um primeiro quadro bem ilustrativo dos custos psicológicos directos que estão associados à vitimação das mulheres; mas há também custos indirectos que resultam da consequência que a saúde psicológica tem para outras dimensões da vida das mulheres.

Os resultados a esse nível são particularmente significativos: 20,2% das vítimas dos últimos doze meses diz que tal interferiu *bastante e muito* com familiares e amigos e, quando comparadas com as não vítimas, a probabilidade de isso acontecer é de cerca de cinco vezes mais nas primeiras.

Igualmente se nota que por razões emocionais há uma maior probabilidade de, no seu trabalho, as mulheres vítimas fazerem menos do que pretendiam, não virem a desenvolver as suas actividades tão cuidadosamente como habitualmente ou a despenderem menos tempo a trabalhar ou a realizar outras tarefas.

Observando as diferenças registadas entre os tipos de violência identificados, é de salientar uma maior incidência de mulheres



vítimas de violência/discriminação social (43,4%) que *fazem menos do que pretendiam*, nomeadamente as vítimas de um acto de violência social há menos de um ano (38,9%). Também evidente nos resultados obtidos em mulheres vítimas há menos de um ano é o facto de as vítimas de violência psicológica *não desenvolverem as suas actividades tão cuidadosamente como habitualmente* (35,7%). Aquelas que mais manifestam *despender menos tempo a trabalhar ou a realizar outras tarefas* são as vítimas de violência psicológica (35,7%). Todavia, quando o acto violento foi sofrido há menos de um ano, este problema atinge mais quem sofreu de violência física (30,0%) ou de violência social (27,8%).

Recorrendo a uma bateria de sintomas de doenças psicológicas, que as mulheres tiveram nos tempos mais próximos da realização do inquérito, verifica-se que, quando comparadas com as não vítimas, nas vítimas há uma probabilidade maior de terem *irrequietude e ansiedade, dificuldade em se descontraír, dificuldade em tomar decisões, choro fácil, pensamentos ou sonhos assustadores, dificuldades em expressar sentimentos, dificuldades ao nível da concentração e dificuldades ao nível da memória*.

**Tabela 5.2 — Pensamentos de suicídio**

			vitimação total		Total
			vítima	não vítima	
pensamentos de suicídio	sim	N	69	33	102
		VE	30,2	71,8	102,0
		% coluna	15,5%	3,1%	6,8%
	não	N	376	1025	1401
		VE	414,8	986,2	1401,0
		% coluna	84,5%	96,9%	93,2%
Total		N	445	1058	1503
		VE	445,0	1058,0	1503,0
		% coluna	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: *Inquérito Nacional Custos Sociais da Violência Contra as Mulheres*, SociNova - FCSH-UNL/CIDM, 2002.



Todavia, alguns dos sintomas adquirem uma dimensão mais expressiva, como é o caso da solidão e da falta de esperança, com uma probabilidade dupla de ocorrência entre as vítimas, e dos pensamentos de suicídio, com uma probabilidade de quatro a cinco vezes superior.

Os tipos de violência que aparecem mais associados a estes sintomas variam; ainda assim, é de destacar uma particular incidência das dificuldades em tomar decisões, da solidão, da falta de esperança, dos pensamentos de suicídio, da inquietude e ansiedade, da dificuldade em expressar sentimentos e do choro fácil nas situações de violência física. A violência psicológica surge igualmente associada a este último sintoma e ainda às dificuldades com a memória, com a concentração e descontracção, com a tomada de decisão e ao nível dos pensamentos e sonhos assustadores.

### 5.2.2 Vitimação e história comportamental

Outra dimensão importante para a observação da doença psicológica das mulheres inquiridas prende-se com o seu quadro comportamental. Nesse sentido, e ainda que com o objectivo de apenas realizar uma observação macro do fenómeno, elegeu-se um conjunto de comportamentos que podem ser reveladores de doença.

Na sua grande maioria, as mulheres inquiridas não assinalam qualquer dos comportamentos que lhes foi perguntado (79%).

Ainda assim, os mais prevalentes entre todas as inquiridas são os problemas com a comida ou comportamento alimentar (12%), os medos excessivos (7,8%), os comportamentos violentos face a outros (4,7%), as tentativas de suicídio (3,8%) e os comportamentos destrutivos de bens e propriedade (3,3%).

Os resultados são bem diferentes quando se procede à análise comparativa entre a ocorrência destes comportamentos nas mulheres vítimas e não vítimas, revelando claramente uma maior incidência de todos os comportamentos nas vítimas. Como se

pode verificar na tabela síntese a seguir apresentada, a probabilidade de ocorrência de certos comportamentos entre as vítimas é particularmente elevada quando elas são comparadas com as não vítimas.

**Tabela 5.3 — Probabilidades de manifestar comportamentos**

	Vítima	Não vítima	Probabilidade vítima-n/vítima
Tentativas de suicídio	10,1%	1,1%	9 vezes mais
Comportamentos violentos face a outros	11,5%	1,8%	6 vezes mais
Medos excessivos	17,3%	3,8%	4 vezes mais
Comportamentos destrutivos de bens e propriedade	6,3%	2,1%	3 vezes mais
Problemas com a comida ou comportamento alimentar	19,6%	8,9%	2 vezes mais

Fonte: *Inquérito Nacional Custos Sociais da Violência Contra as Mulheres*, SociNova - FCSH-UNL/CIDM, 2002.

Trata-se de um quadro comportamental que manifestamente comprova que a violência contra as mulheres tem custos ao nível da sua saúde psicológica, e que, mesmo sem permitir um cálculo económico, possibilita já a sua qualificação e uma primeira quantificação na ocorrência.

Já a análise dos vários tipos não é tão explícita quanto a uma relação de igual intensidade com os comportamentos descritos. Em todo o caso, nota-se uma maior incidência da violência física com todos os comportamentos, excepto os problemas com a comida, que estão ligeiramente mais associados à violência psicológica.

Os resultados estatísticos obtidos ao nível dos custos com a saúde psicológica, resultantes da violência contra as mulheres, reflectem dois tipos de contextos psicossociais: um, com situa-

ções críticas, bem expressas em indicadores quantitativos como as que acabámos de descrever; o outro, em que os sintomas isoladamente pouco dizem em termos de probabilidade de ocorrência entre as vítimas, mas que, quando articulados com outros, contribuem para a definição de um quadro de doença que a análise mais qualitativa pode validar no futuro.



## Capítulo 6

### CUSTOS AO NÍVEL DA EDUCAÇÃO

António Nóvoa  
Sofia Marques da Silva

Este capítulo aborda essencialmente os custos sociais, das situações de violência contra as mulheres na área da Educação. Do conjunto muito vasto de dados recolhidos, apresentam-se apenas as tabelas mais significativas, que constituem um primeiro elemento de informação e análise.

As tabelas estão agrupadas em dois campos: *mulheres* e *filhos de mulheres* que foram vítimas de violência. No interior destes dois campos procura-se, por vezes, estabelecer alguma comparação entre mulheres que ainda frequentam o sistema de ensino (N = 135) e aquelas que já terminaram os seus estudos (N = 1272). Idêntica opção foi tomada para os *filhos* que ainda frequentam o sistema de ensino (N = 469) e aqueles que já terminaram os estudos (N = 555). Nos dois campos, as tabelas estão agregadas em torno de aspectos como o sucesso/insucesso escolar, a frequência/absentismo da escola, a relação com os colegas, a integração na escola e as expectativas escolares e profissionais.

Os dados devem ser lidos com grandes precauções, por quatro motivos principais.

Em primeiro lugar, os dados que agora se apresentam reve-

lam-nos sobretudo a “percepção” das mulheres e o modo como constroem a sua relação com a escola (presente ou passada) e como vivenciam o percurso escolar dos seus filhos (presente ou passado). Neste sentido, o mais interessante estará, sem dúvida, contido nas respostas qualitativas e nas explicações que fornecem. É um trabalho que está ainda por fazer e que se seguirá a esta primeira exposição quantitativa dos dados.

Em segundo lugar, como revela a literatura especializada, há tendência para “desvalorizar” as consequências das situações de violência no plano escolar. Se, após uma fase de “auto-isolamento”, e até de “passividade”, há uma identificação forte das consequências no plano físico ou psicológico, nem sempre se sentem, de imediato, as implicações no que diz respeito à aprendizagem e à educação. Há um caminho de *explicitação* que ainda não foi percorrido e que estes dados ajudam a iniciar.

Em terceiro lugar, são muito diferentes os tipos de violência e é importante cruzar os dados recolhidos com esta variável. É ensaiada uma primeira aproximação, mas este esforço analítico deve ser prosseguido, procurando uma compreensão mais exacta do fenómeno da violência e dos seus custos sociais, nomeadamente na área da Educação.

Em quarto lugar, é essencial que a atenção às mulheres vítimas de violência não se traduza na produção de categorias, que criem novas discriminações através do próprio processo de “etiquetagem” e de “designação”. Jenny Horsman (2000) tem toda a razão quando alerta para a necessidade de não pensarmos na pessoa vítima de violência como uma “pobre alma”, como alguém que é definido por aquilo de que foi privado ou pelas situações negativas que experienciou: “É importante ver também a força de quem sobreviveu e a *aprendizagem* que se pode retirar da própria vivência de situações violentas”.

Os resultados que se apresentam nas tabelas seguintes não se traduzem em enormes diferenças quantitativas entre as “mulheres vítimas” e as “mulheres não vítimas” de violência. Há uma dimensão escondida destas situações que se insinua nos dados, mas que nem sempre aparece em toda a sua intensidade. E, no caso da educação, há uma “perigosa indiferença” em relação a situações que marcam fortemente os percursos escolares.

Mas os resultados que a seguir se apresentam revelam, de forma sistemática e consistente, uma *regularidade* em prejuízo das mulheres vítimas: no insucesso escolar, na frequência das aulas, na integração na escola, etc. É uma *regularidade* relativamente silenciosa, mas que importa apreender em toda a sua complexidade, pois estas “pequenas percentagens” nos números de uma tabela traduzem-se, na prática, em dezenas de milhares de pessoas, mulheres e filhos que vêm prejudicados os seus percursos escolares devido a situações de violência.

E, como se afirma, no Relatório das Nações Unidas referente ao ano 2000 (*The State of World Population Report 2000*), o investimento na educação das mulheres tem consequências sociais e económicas mais significativas do que o investimento na educação dos homens: “Uma das razões prende-se com facto de que as mulheres usam as suas capacidades para promoverem os níveis de investimento na saúde e na educação dos filhos, criando um efeito de multiplicação de uma geração para outra”.

Neste plano, merecem destaque os trabalhos de Jenny Horsman, nomeadamente a sua obra *Too Scared to Learn - Women, Violence, and Education*: “Se a educação não reconhecer a violência nas vidas das mulheres e das crianças, bem como o seu impacto nas aprendizagens, muitos alunos não só terão insucesso, como tenderão a viver o contexto



escolar como mais um espaço de silêncio e de violência, onde são controlados e desvalorizados por estruturas institucionais e interações pedagógicas que, de algum modo, os culpam pela sua incapacidade para aprenderem” (2000, p. 7).

## 6.1 As mulheres vítimas

### 6.1.1 Sucesso escolar

Entre as mulheres que já não frequentam a escola, apenas 12,2% consideram ter tido “más notas” na escola. No entanto, a percepção de insucesso escolar é bastante mais significativa nas mulheres vítimas de violência.

**Tabela 6.1 — Mulheres que já não frequentam a escola**

			vitimação total		
			vítima	não vítima	Total
costumava ter boas notas na escola	sim	N	312	805	1117
		VE	326,7	790,3	1117,0
		% coluna	83,9%	89,4%	87,8%
	não	N	60	95	155
		VE	45,3	109,7	155,0
		% coluna	16,1%	10,6%	12,2%
Total	N	372	900	1272	
	VE	372,0	900,0	1272,0	
	% coluna	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: *Inquérito Nacional Custos Sociais da Violência Contra as Mulheres*, SociNova - FCSH-UNL/CIDM, 2002.

Estes dados confirmam estudos anteriores, nomeadamente de Horsman (2000) e de LaViolette e Barnett (2000), que se referem ao medo como uma emoção poderosa, capaz de produzir mudanças psicológicas e comportamentais que se reflectem no insucesso escolar.

### 6.1.2 Frequência escolar

A maioria das mulheres inquiridas diz que não costuma faltar muito às aulas (74,1% entre as que ainda frequentam a escola e 84,2% nas que já não frequentam). Todavia, nas respostas que admitem o absentismo escolar, há uma clara associação às situações de violência: a probabilidade de as mulheres vítimas faltarem é cerca de 72% maior, no primeiro caso, e de 70%, no segundo, quando comparada com a das não vítimas. As tendências para o “refúgio”, para o silêncio escondido e, por vezes até, envergonhado, manifesta-se aqui com clareza (Horsman, 2000).

Completando estes dados com os do tipo de violência sofrida, verifica-se que há uma particular incidência nas mulheres vítimas de violência física, o que se explica pela visibilidade das marcas físicas deixadas por este tipo de agressão.

### 6.1.3 Relações com colegas e professores

De um modo geral, as mulheres inquiridas consideram que tinham boas relações com os colegas e com os professores. Apesar dos elevados números de insucesso e de abandono escolar que existem no sistema educativo português, há a tendência para guardar uma “memória positiva” dos tempos de escola. É preciso reconhecer que a escola, apesar de todos os fenómenos de indisciplina e de violência que a atravessam, constitui, ainda assim, um ambiente razoavelmente protegido

para muitas crianças e jovens. Todavia, num e noutro caso (relações com os colegas e relações com os professores), verifica-se uma situação favorável às mulheres que não foram vítimas de violência. Também aqui se mantêm as tendências anteriormente identificadas, para o conjunto das mulheres, quer ainda estejam integradas no sistema de ensino, quer já tenham terminado os seus estudos.

#### 6.1.4 Integração na escola

A percentagem de mulheres que dizem que não gostam de ir à escola é reduzida (8,1%, nas que ainda frequentam). Estes dados confirmam a ideia da escola como um ambiente relativamente protegido, sobretudo em comparação com outros espaços de vida dos jovens. Confirma-se, uma vez mais, que a percentagem de mulheres vítimas que não gosta de ir à escola é o dobro das mulheres que não foram vítimas de violência. Esta tendência no sentido de um menor interesse pela escola das mulheres vítimas verifica-se também quando se analisam as que já não frequentam o sistema de ensino.

Quanto à opinião sobre a integração na escola, a maioria das que ainda frequentam avalia-a como boa ou muito boa (80,7%); todavia verifica-se de novo uma percepção mais positiva por parte das mulheres que não foram vítimas. Verifica-se de novo que a integração na escola está mais associada a certos tipos de violência, em particular a violência física.

#### 6.1.5 Expectativas escolares e profissionais

De um modo geral, foram concretizadas as expectativas escolares de cerca de metade das inquiridas que ainda frequentam a escola (50,4%).

Todavia, quando se analisam separadamente as vítimas e as não vítimas, constata-se que, entre as primeiras, a probabilidade de desejarem uma formação complementar é cerca do dobro das segundas.



Este resultado é muito interessante, na medida em que pode revelar um desejo de mudança e de corte com uma situação de dificuldade física e psicológica. De facto, os dados revelam que é muito alta a perspectiva de concluir um curso universitário: 72,8% nas mulheres que não foram vítimas de violência e 82,9% nas vítimas. Como explica Jenny Horsman, no seu trabalho clássico *Too Scared to Learn - Women, Violence, and Education*, é este potencial de insatisfação e de expectativa que torna possível e necessário um trabalho educativo, de suporte e de promoção destas mulheres. O desejo de uma formação complementar entre as mulheres vítimas justifica-se, sem dúvida, por um investimento na educação como “solução” ou como estratégia das mulheres para ultrapassarem as situações de violência que sofrem. Estes dados são coerentes com os dados relativos às expectativas para os filhos.

No que se refere às expectativas profissionais, os dados das mulheres que já não frequentam a escola revelam que a falta de estudos condicionou as suas possibilidades de sucesso profissional (79,8%). Verifica-se aqui uma percepção nítida da importância do “capital escolar” na definição dos percursos profissionais. Apesar de não haver diferenças muito significativas entre as mulheres vítimas e não vítimas, esta percepção é mais forte no primeiro caso, revelando um sentimento de insatisfação quanto à realização profissional.

## **6.2 Os filhos das mulheres vítimas**

### **6.2.1 Sucesso escolar e ambiente de trabalho em casa**

Num país marcado por taxas altíssimas de insucesso e de abandono escolar, é muito interessante verificar que 93,6% das mulheres que têm filhos ainda na escola (87,2% nas que já não têm) consideram que eles costumam ter boas notas. Uma das explicações para estas respostas prende-se, sem dúvida, com uma baixa expectativa quanto às classificações escolares dos alunos. Na comparação entre os dois grupos de mulheres que têm filhos na escola—vítimas e não vítimas—verifica-se, uma

vez mais, que, no caso das mulheres que dizem que os filhos não costumam ter boas notas, a probabilidade de haver insucesso nos filhos é cerca de duas vezes maior do que nas que foram vítimas de violência. No livro *Children Who See Too Much: Lessons from the Child Witness to Violence Project*, Betsy McAlister Groves (2002) demonstra que o facto de testemunhar actos de violência, nomeadamente de violência doméstica, se repercute na aprendizagem das crianças, com consequências significativas na vida escolar. Esta autora refere-se, em particular, a perturbações no normal desenvolvimento da personalidade, na definição do auto-conceito e na forma de conduzir as relações interpessoais no contexto escolar.

A situação anteriormente descrita confirma-se igualmente quando se pergunta directamente às mulheres se os filhos já reprovaram na escola. Por um lado, os dados sobre o insucesso escolar, medido desta vez em termos de “reprovação”, revelam que quase um terço dos alunos já reprovaram pelo menos um ano. Por outro lado, esta tendência é mais forte nos filhos das mulheres vítimas de violência.

A literatura especializada refere-se ao ambiente de trabalho em casa como um dos factores mais importantes para o sucesso escolar. No caso das mulheres que têm filhos a frequentar a escola, enquanto apenas 0,6% das mulheres não vítimas considera que o ambiente de trabalho em casa não é bom, esta percentagem sobe para 13,6% no caso das mulheres que foram vítimas de violência. Estamos perante um dos resultados mais significativos deste inquérito, marcando uma situação que é, potencialmente, geradora de factores de mal-estar e de insucesso escolar. Estes dados corroboram as conclusões de Lisboa, Barroso e Marteleira (2003, pp.17-18), para a violência extrema detectada nos Institutos de Medicina Legal, quando concluem que em 95% dos 2 160 processos analisados os filhos assistem aos actos de violência e que na maioria dos casos eles próprios são também alvo da violência (83,3% em Coimbra e 66,7% no Porto). Normalmente, os filhos e filhas criados em famílias em que a mulher é submetida a violência têm mais probabilidade de reprovar na escola, ou mesmo de a abandonar, quando comparados com os filhos e filhas de mulheres não vítimas.

**Tabela 6.2 — Filhos que já não frequentam a escola**

		vitimação total			
		vítima	não vítima	Total	
filhos com bom ambiente de trabalho em casa	sim	N	123	380	503
		VE	155,9	347,1	503,0
		% coluna	71,5%	99,2%	90,6%
	não	N	49	3	52
		VE	16,1	35,9	52,0
		% coluna	28,5%	,8%	9,4%
Total	N	172	383	555	
	VE	172,0	383,0	555,0	
	% coluna	00,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: *Inquérito Nacional Custos Sociais da Violência Contra as Mulheres*, SociNova - FCSH-UNL/CIDM, 2002.

À semelhança do que já se tinha verificado para os filhos que ainda frequentam a escola, também em relação aos que já não a frequentam é notório que os filhos das vítimas têm uma maior probabilidade de ter um mau ambiente de trabalho em casa. Neste caso, a diferença é ainda mais significativa: 0,8% para as mulheres que não foram vítimas contra 28,5% para as mulheres que foram vítimas de violência. Nota-se ainda que o mau ambiente de trabalho em casa tende a piorar nas situações em que há vários tipos de violência.

### 6.2.2 Frequência das aulas

O peso das mulheres com filhos na escola e que admitem que eles faltam é reduzido (6%). No caso dos filhos que já não frequentam o sistema de ensino este valor é bem mais elevado (15,2%). Num e noutro caso, o absentismo escolar é mais significativo quando as mulheres foram vítimas de violência.



### 6.2.3 O gosto de ir à escola

A possibilidade de os filhos das mulheres vítimas terem um pior relacionamento com a escola é igualmente visível quando se analisa o “gosto de ir à escola”, quer ainda frequentar a escola a já tenham concluído os estudos. A probabilidade de isso ocorrer é particularmente significativa quando o acto de violência foi praticado durante os últimos doze meses anteriores à realização do inquérito (dupla nas vítimas em relação às não vítimas).

### 6.2.4 Relação com os colegas e integração

É muito interessante verificar que uma grande maioria de mulheres que ainda tem filhos na escola considera que eles têm boas relações com os colegas (98,7%) e têm uma integração boa ou muito boa na escola (86%). A escola destaca-se, hoje em dia, como espaço de sociabilidade das crianças e dos jovens. Num certo sentido, estes dados não confirmam o sentimento de indisciplina e de violência generalizada que, muitas vezes, são o retrato das escolas nos órgãos de comunicação social. A análise precisa de ser mais fina, mas vale a pena chamar a atenção para este ponto. Uma vez mais, as mulheres que foram vítimas de violência têm resultados mais baixos quanto às “boas relações com os colegas” e à “integração dos filhos na escola”.

### 6.2.5 Expectativas escolares e profissionais

Tal como no caso das mulheres, também quanto às expectativas em relação aos filhos que já não frequentam a escola se verifica uma maior percepção das mulheres vítimas quanto à importância do “capital escolar” e, num certo sentido, a “esperança” que a escola poderia ter aberto um futuro

profissional mais promissor para os seus filhos. Estes dados são muito curiosos, pois revelam a importância simbólica que a educação continua a possuir, nomeadamente junto de grupos que tiveram percursos pessoais e profissionais marcados por situações de dificuldade ou de violência.

De um modo geral, verifica-se também nos casos das mulheres que ainda têm filhos na escola, uma elevada expectativa quanto ao percurso escolar dos filhos: 82,6% refere um curso superior universitário. É muito interessante a percentagem baixíssima de mulheres que refere como expectativa um curso superior politécnico (1,8%), quando comparada não só com o valor anterior, como com os 7,5% para o “12º ano de escolaridade” e os 3,7% do “curso profissional”. Trata-se, sem dúvida, de uma falta de informação quanto a este nível de ensino. As diferenças entre mulheres vítimas e não vítimas são pouco significativas.

### **6.3 Observações finais**

Os breves comentários relativamente aos resultados apresentados permitem um primeiro olhar sobre os custos sociais da violência contra as mulheres no que diz respeito à educação. Impõem-se, no entanto, três apontamentos.

Um primeiro apontamento diz respeito à necessidade de evitar o que Jenny Horsman chama o “modelo do défice”, isto é, de analisar as mulheres vítimas pelo prisma da “privação” ou da “ausência”: “olhar para o impacto da violência na aprendizagem cria o perigo de desencadear um outro tipo de défice ou de modelo doentio. (...) Mais do que insistir nas dimensões individuais, os educadores devem entender a violência contra as mulheres como uma desigualdade social” (2000, pp. 21-23). No modelo do défice, continua Jenny Horsman, apenas a “mulher vítima” necessita de mudar “de modo a adquirir as competências que lhe faltam, de que é deficitária”

(2000, p. 19). Não iremos longe na nossa compreensão deste fenômeno se não formos capazes de nos afastar deste tipo de explicação da realidade.

Um segundo apontamento prende-se com a relativa “invisibilidade” do fenômeno da violência nos dados quantitativos. Aqui, joga-se a pertinência e a coerência do próprio instrumento utilizado nesta pesquisa, o *inquérito*, e a capacidade para ler os resultados que ele nos fornece. É evidente que a análise do “privado”, tal como ele se insinua neste inquérito, não pode ser feita ao nível da “superfície dos números”. O “privado” não pode deixar de ser equacionado nas suas dimensões sociais e políticas. Admitir as situações de vitimação é, muitas vezes, assumir um comportamento de culpabilização e carregar uma certa “vergonha social”. Não é de ânimo leve que uma mulher vítima expõe a sua intimidade. A designação mais comum, “violência doméstica”, traduz o carácter privado deste tipo de condutas que são vividas na esfera doméstica e de forma individual, não se pensando a violência como uma situação que se define muito para além dos “lugares domésticos”. Neste estudo, procura-se trazer a violência para a esfera pública, assumindo as suas consequências sociais e políticas, concorrendo assim para uma maior justiça social. É que o problema da violência está, afinal, no centro, e não nas periferias, tornando inevitável a pergunta: Afinal o que é *normal* numa sociedade violenta? (cf. Horsman, 2000).

Um terceiro apontamento refere-se à necessidade de uma compreensão mais fina dos diferentes tipos de violência e o modo como eles se traduzem diferentemente no plano das condutas sociais. Para as mulheres, como explica Jalna Hanmer, a violência inclui muitas formas, nomeadamente as emocionais, sexuais e físicas (1996, p. 9). Na verdade, “a sociedade lida com a violência procurando silenciar a sua extensão e limitar as nuances das histórias que podem ser



contadas” (Horsman, 2000, p. 24). Donde a pertinência de compreender a especificidade, mas também a ligação entre os diferentes tipos de violência. Só uma aproximação teórica integrada permitirá esclarecer um fenómeno de enorme complexidade.

Os dados apresentados estão ancorados em estudos que têm vindo a ser realizados, sobretudo no plano internacional, e que confirmam inegavelmente a violência sobre as mulheres como factor que prejudica os percursos escolares das mulheres e dos filhos. Os custos sociais deste fenómeno são difíceis de medir. Mas eles surgem com clareza nas respostas das mulheres e no modo como a violência interfere com a sua vida escolar e com a vida escolar dos seus filhos. Aos investigadores exige-se que sejam capazes de retirar esta questão do “limbo” em que tem estado, relativamente adormecida, e trazê-la para o debate público. É preciso compreender as razões que explicam a violência sobre as mulheres e as consequências que ela origina para a vida de cada uma e para a sociedade. É um percurso longo e difícil, pois não servem as interpretações fáceis e falsamente evidentes. Fica aqui apenas um primeiro passo para compreender os custos sociais deste fenómeno na área da Educação.

## BIBLIOGRAFIA CITADA

Almeida, Ana; André, Isabel & Almeida, Helena (1999). *Famílias e maus tratos às crianças em Portugal*. Lisboa: ICS.

Archer, John & Lloyd, Barbara (2002). *Sex and Gender*. Cambridge: Cambridge University Press, (2ª edição, 1ª edição em 1982).

Ariès, Philippe & Duby, Georges (Dir.) (1989-1991). *História da Vida Privada*. Lisboa: Círculo de Leitores, 5 vols., trad..

Barroso, Zélia (2001). *Ser criança não deveria doer... contribuição para a construção de uma tipologia de maus tratos às crianças atendidas no Hospital de Santa Maria*. Lisboa: FCSH/UNL (Texto policopiado).

Beck, Ulrich (1992). *Risk Society - Towards a New Modernity*. London: Sage (trad.)

Bourdieu, Pierre (1998). *La domination masculine*. Paris: Seuil.

Brehm, Sharon (1992). *Intimate Relationships*. New York: McGraw-Hill

Costa, Maria Emília & Duarte, Cidália (2000). *Violência familiar*. Porto: Ambar.

Duby, Georges & Perrot, Michelle (Dir.) (1993–1995). *História das Mulheres*. Porto: Afrontamento, 5 vols., trad..

England, Paula (1997). «Dependência sexual, dinheiro e dependência económica nos Estados Unidos da América», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 49, pp.45 – 66.

Ferreira, Virgínia (2002a). «All women are working women: Padrões de evolução da segregação sexual do emprego nos anos 90», in Santos, Boaventura (dir.), *A Sociedade Portuguesa Perante os Desafios da Globalização - A economia em curso*, vol.2, (org. José Reis & Maria I. Baganha). Porto: Afrontamento, pp.111–151.

Ferreira, Virgínia (2002b). «O efeito Salieri», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 62, pp.121–147.

Foucault, Michel (1994). *História da Sexualidade*. Lisboa: Relógio d'Água (trad., 1ªs edições em 1976 e 1984).

Giddens, Anthony (1992). *The Transformation of Intimacy*. Stanford: Stanford University Press.

Giddens, Anthony (1993). *Sociology*. Oxford: Polity Press (2ª edição, 1ª edição de 1989).

Gillioz, Lucienne; De Puy, Jacqueline & Ducret, Véronique (1997). *Domination et violence envers la femme dans le couple*. Lausanne: Ed. Payot.

Groves, Betsy McAlister (2002). *Children Who See Too Much: Lessons From The Child Witness To Violence Project*. Boston: Beacon Press.

Habermas, Jürgen (1993). *L'espace public*. Paris: Payot (trad.).

Halbwachs, Maurice (1994). *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Éditions Albin Michel (1ª edição de 1925).

Hanmer, Jalna (1996). «Women and violence: Commonalities and diversities», in Fawcett, Barbara; Featherstone, Brid; Hearn, Jeff; Toft, Christine (eds.), *Violence and Gender Relations*. London: Sage Publications.

Horsman, Jenny (2000). *Too Scared to Learn: Women, Violence and Education*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

Hatty, Suzanne (2000). *Masculinities, Violence and Culture*. London: Sage.

Jacobsen, Joyce (1999). *The Economics of Gender*. Oxford: Blackwell (2ª edição, 1ª edição em 1994).



Jodelet, Denise (Dir.) (1989). *Les Représentations Sociales*. Paris: Presses Universitaires de France.

LaViolette, Alyce D. & Barnett, Ola W. (2000). *It Could Happen to Anyone: Why Battered Women Stay*. London: Sage Publications.

Lipovetski, Gilles (1997). *La troisième femme – permanence et révolution du féminin*. Paris: Gallimard.

Lisboa, Manuel; Barroso, Zélia & Marteleira, Joana (2003). *O contexto social da violência contra as mulheres detectada nos Institutos de Medicina Legal*. Lisboa: CIDM.

Lourenço, Nelson & Lisboa, Manuel (1992). *Representações da Violência*. Lisboa: CEJ.

Lourenço, Nelson & Lisboa, Manuel (1995). *Relatório Final sobre a Violência Contra as Mulheres*. Lisboa: CIDM.

Lourenço, Nelson; Lisboa, Manuel & Pais, Elza (1997). *Violência contra as mulheres*. Lisboa: CIDM.

Lourenço, Nelson (Dir.) (2000). *I Relatório Intercalar de Acompanhamento do Plano Nacional Contra a Violência Doméstica*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros – Gabinete da Ministra da Igualdade.

Monteiro, Fátima (2000). *Mulheres agredidas pelos maridos: de vítimas a sobreviventes*. Lisboa: CIDM.

Piispa, Minna & Heiskanen, Markku (2001). *The Price of Violence – the costs of men's violence against women in Finland*. Helsinki: SVT.

Poeschl, Gabrielle (2000). «Trabalho doméstico e poder familiar: práticas, normas e ideais», in *Análise Social*, nº 156, pp.695-719.

Saigal, Mamta (2000). «Domestic Violence», in *Report of Colloquium on Justice for Women- Empowerment through Law, Domestic Violence and Law*. New Delhi: Butterworths, pp.178–182.

Scott, David (2000). «Toleration and Historical Traditions of Difference», in Chatterjee, Partha & Jeganathan, Pradeep (eds.), *Community, Gender and Violence*. New Delhi: Ravi Dayal Publisher, pp.283-304

Vicente, Ana (2002). *Os Poderes das Mulheres, Os Poderes dos Homens*. Lisboa: Gótica.

Walker, Lenore (1993), «The Battered Woman Syndrome is a Psychological Consequence of Abuse», in Gelles. R. & Loseke, D. (eds.), *Current Controversies on Family Violence*. Newbury Park: Sage Publications.

## Índice de tabelas

Tabela 3.1 — Separação forçada de pessoa importante .....	49
Tabela 3.2 — Existência de filhos doentes .....	51
Tabela 3.3 — Dificuldades em arranjar emprego .....	53
Tabela 3.4 — Dificuldades de promoção no trabalho .....	54
Tabela 3.5 — Despedimentos .....	55
Tabela 5.1 — Consultas no Psiquiatra e Psicólogo .....	70
Tabela 5.2 — Pensamentos de suicídio .....	73
Tabela 5.3 — Probabilidades de manifestar comportamentos	74
Tabela 6.1 — Mulheres que já não frequentam a escola .....	80
Tabela 6.2 — Filhos que já não frequentam a escola .....	85



## Índice de gráficos

Gráfico 2.1	
Tipos de violência .....	26
Gráfico 2.2	
Ocorrência dos actos de violência .....	29
Gráfico 2.3	
Local de ocorrência do 1º acto nos últimos 12 meses .....	30
Gráfico 2.4	
Local de ocorrência dos actos dos anos anteriores .....	31
Gráfico 2.5	
Relação entre vítimas e autores do 1º acto nos últimos 12 meses .....	33
Gráfico 2.6	
Género do autor do 1º acto dos últimos 12 meses .....	34
Gráfico 2.7	
Nível de instrução do autor do 1º acto dos últimos 12 meses	36
Gráfico 2.8	
Profissões dos autores do 1º acto dos últimos 12 meses .....	37
Gráfico 2.9	
Reacção ao 1º acto dos últimos 12 meses .....	38
Gráfico 4.1	
Vitimização e idas aos hospitais causadas pela violência .....	59

Gráfico 4.2	
Vitimação e idas ao Centro de Saúde causadas pela violência nos últimos 12 meses .....	62

Gráfico 4.3	
Vitimação e idas aos médicos privados causadas pela violência nos últimos 12 meses .....	63

## OS AUTORES

### **Manuel Lisboa**

*Professor no Departamento de Sociologia, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa*

### **Isabel do Carmo**

*Professora na Faculdade de Medicina, Universidade de Lisboa*

### **Luísa Branco Vicente**

*Professora na Faculdade de Medicina, Universidade de Lisboa*

### **António Nóvoa**

*Professor na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa*

### **Sofia Marques da Silva**

*Assistente na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto*

### **Ana Roque**

*Investigadora do SociNova, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa*



## COLECÇÃO DITOS & ESCRITOS

1. Mulheres Portuguesas – Vidas e obras celebradas, vidas e obras ignoradas – Maria Regina Tavares da Silva e Ana Vicente, 1991. (Esgotado)
2. Sete Décadas de Feminismo – Elina Guimarães, 1991. Esgotado)
3. Coisas da Vida – Nove Retratos de Mulheres – Amélia Alves Patrício, 1991. (Esgotado)
4. A brief look at women in Portuguese History – Ana Vicente, 1993. (Esgotado)
5. Os Saberes das Mulheres na Criação e na transformação Cultural – Ivone Leal, 1994. (Esgotado)
6. Democracia Paritária – Um conceito novo ou um olhar sobre a democracia – Regina Tavares da Silva, 1994. Esgotado)
7. Igualdade e Diferença: A Coexistência dos Contrários. O Feminino na Cultura ou a Cultura no Feminino – Ana Maria Braga da Cruz, 1995. (Esgotado)
8. Heroines of the Portuguese Discoveries and Expansion – Regina Tavares da Silva, 1994. (Esgotado)
9. Maria Pastora, Maria Tecedeira – Pedro Pires, 1995. (Esgotado)
10. O Papel dos Materiais Pedagógicos no Desenvolvimento de uma Educação para a Igualdade entre Sexos – Fernanda Henriques, Teresa Joaquim, 1995 (2ª Edição 1996).
11. Do “ Valor, Lealdade e Mérito” das Mulheres Portuguesas – Dina Canço, 1995. (Esgotado)
12. Trabalho e Assédio Sexual – Fátima Duarte, 1999.
13. União de Facto 1997, o Ponto da Situação – Fátima Duarte, 1999.
14. Novamente o “ Valor, Lealdade e Mérito” das Mulheres Portuguesas – Dina Canço, 1999.
15. Mecanismos Institucionais para a Igualdade – Evolução desde a Conferência de Pequim (1995) – Maria Regina Tavares da Silva, 2002. (Esgotado)
16. O Contexto Social da Violência Contra as Mulheres Detectadas nos Institutos de Medicina Legal – Manuel Lisboa, Zélia Barroso, Joana Marteleira, 2003.
17. Os Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres – Manuel Lisboa (coord.), Isabel do Carmo, Luísa Branco Vicente, António Nóvoa, 2003.



Portugal em Acção